



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS  
CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA

SCS- B, Quadra 09, Lote C – Ed. Parque Cidade Corporate – Torre A, 10º andar.  
CEP: 70.308-200 – Brasília/DF - Telefones: (61) 2025.3918 / 3581 - E-mail: cddph@sdh.gov.br

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013**

## **BRASÍLIA, DEZEMBRO DE 2013**

### **CONSELHEIROS**

#### **Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e Presidenta do CDDPH**

Ministra Maria do Rosário Nunes

#### **Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil**

**Titular:** Dr. Marcus Vinicius Furtado Coelho

**Suplente:** Dr. Everaldo Bezerra Patriota

#### **Ministério Público Federal**

**Titular:** Ela Wiecko Volkmer de Castilho

**Suplente:** Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios

#### **Ministério das Relações Exteriores**

**Titular:** Ministro Alexandre Peña Ghisleni

**Suplente:** Dr. Carlos Eduardo da Cunha Oliveira

#### **Associação Brasileira de Educação**

**Titular:** Dr. Edgar Flexa Ribeiro

**Suplente:** Roberto Guimarães Boclin

#### **Associação Brasileira de Imprensa**

**Titular:** Dr. Marcelo Silveira Tognozzi

#### **Câmara dos Deputados – Maioria**

**Titular:** Deputado Nilmário Miranda

**Suplente:** Deputada Iara Bernardi

#### **Câmara dos Deputados – Minoria**

**Titular:** Deputado Nilson Leitão

**Suplente:** Walter Feldman, Emanuel Fernandes, Felipe Maia, Luiz Fernando Machado, Nelson Marquesan, Simplício Araújo.

#### **Senado Federal – Maioria**

**Titular:** Senador José Renan Vasconcelos Calheiros

**Suplente:** Senador Valdir Raupp Matos

#### **Senado Federal – Minoria**

**Titular:** Senador Mário Couto

**Suplente:** Senador Osvaldo Roberto Sobrinho

#### **Professor de Direito Constitucional**

**Titular:** Tarciso Dal Maso Jardim

**Suplente:** Flávia Piovesan

#### **Professor de Direito Penal**

**Titular:** Dr. Tício Lins e Silva

## **EQUIPE<sup>1</sup>**

**Tássia Rabelo de Pinho – Coordenadora-Geral**

**Cláudia de Almeida Soares**

**Cláudia Moreira Arai**

**Cristiane de Castro Cruz**

Izabela Cronemberguer

**Joelson Luna Sousa**

**Kelly Caroline dos Santos Garcêz**

Maria Angélica Lucchese Targhetta

**Mariana Lucena Armani**

**Michelle Cardoso Mota**

Priscila Araújo

Raphaelly Tavares

**Wanderley Santos Nascimento**

### **Consultores**

Andréa Valentim Alves Ferreira

**Síndia Cristina de Carvalho Sousa**

Heloiza de Almeida Prado Botelho Egas

**Jorge Alberto Fernandes de Oliveira**

### **Estagiários**

Edson da Silva Carvalho

Patrick Marques de Azevedo

Raniere Boas Gaioso

---

<sup>1</sup> Em negrito a atual equipe técnica.

## SUMÁRIO

1. <b>Introdução</b> .....	05
2. <b>CDDPH em números</b> .....	06
3. <b>Câmara Temática I – Desenvolvimento e Direitos Humanos</b> .....	06
3.1. Comissão Especial “Direito Humano à Alimentação Adequada”.....	08
3.2. Grupo de Trabalho “Atingidos por Barragens”.....	12
3.3. Grupo de Trabalho “Direito Humano à Moradia Adequada”.....	14
3.4. Grupo de Trabalho “Profissionais de Comunicação no Brasil”.....	16
4. <b>Câmara Temática II – Acesso à Justiça e Segurança Pública</b> .....	20
4.1. Comissão Especial “Manoel Mattos”.....	20
4.2. Comissão Especial “Urso Branco”.....	21
4.3. Comissão Especial “Crimes de Maio”.....	25
4.4. Comissão Especial “Segurança Pública e Direitos Humanos”.....	26
4.5. Grupo de Trabalho “Regulamentação do Uso da Força e de Armamentos de Baixa Letalidade”.....	28
4.6. Grupo de Trabalho “Direitos Humanos dos Profissionais de Segurança Pública”.....	29
4.7. Grupo de Trabalho “Soldado Lapoente”.....	29
5. <b>Câmara Temática III – Direitos Individuais e Coletivos</b> .....	31
5.1. Comissão Especial “Guarani-Kaiowá”.....	31
5.2. Comissão Especial “Terra do Meio”.....	33
5.3. Grupo de Trabalho “Cinta Larga”.....	33
6. <b>Câmara Temática IV – Assuntos Normativos e Estudos Legislativos</b> .....	34
6.1. Grupo de Trabalho “acompanhamento e monitoramento da implementação do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)”.....	34
7. <b>Reuniões ordinárias e pautas</b> .....	36
8. <b>Resoluções instituídas no ano de 2013 no âmbito do CDDPH</b> .....	44
9. <b>Fórum Mundial de Direitos Humanos</b> .....	

## INTRODUÇÃO

O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) é o órgão colegiado mais antigo de defesa e promoção dos Direitos Humanos da República, instituído pela Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964 e alterado pelas Leis nº 5.763/1971 e nº 10.683/2003.

O CDDPH é constituído por um corpo estável de doze conselheiros titulares e seus respectivos suplentes, desde 2003, está vinculado à estrutura da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), e é presidido pelo Ministro (a) de Estado Chefe da SDH.

Entre suas atribuições, destaca-se o recebimento de denúncias de violações de Direitos Humanos, a apuração de sua procedência, a sugestão de providências junto às autoridades envolvidas e o monitoramento das recomendações legais e administrativas encaminhadas aos órgãos competentes. Também é função do Conselho promover estudos visando a eficácia e o aperfeiçoamento das normas que garantem os Direitos Humanos previstos na legislação brasileira e nos tratados internacionais ratificados pelo Brasil.

Por meio das comissões especiais (CE), subcomissões e grupos de trabalho (GT), o CDDPH determina diligências, toma o depoimento de autoridades, ouve as testemunhas e solicita ao Plenário que requisite informações e documentos às repartições públicas. Partindo do objeto de criação da CE ou GT são escolhidos os representantes do conselho, os órgãos públicos, organizações da sociedade civil e especialistas que comporão os referidos espaços. Estas estruturas são responsáveis por assumir as investigações em conjunto com as autoridades locais, com as quais fazem reuniões periódicas para avaliar o andamento das apurações. No final dos trabalhos, é produzido um relatório contendo a síntese dos fatos apurados e das ações desenvolvidas, sugerindo ao Plenário recomendações e providências.

Como forma de tornar a atuação do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana ainda mais eficaz, nos últimos anos vem sendo desenvolvidos relatórios anuais que abrangem as atividades realizadas no âmbito das quatro Câmaras Temáticas do Conselho: I - Desenvolvimento e Direitos Humanos; II - Acesso à Justiça e Segurança Pública; III - Direitos Individuais e Coletivos; e IV - Assuntos Normativos e Estudos Legislativos.

O presente relatório consiste em uma síntese das principais ações e atividades realizadas por este Conselho no ano de 2013, dando destaque à atuação de suas Comissões Especiais e Grupos de Trabalho, mas também ressaltando as reuniões ordinárias, seus encaminhamentos e as resoluções aprovadas neste ano. Por fim, assinalamos os avanços e desafios da pasta, reafirmando o compromisso desta gestão com a transparência de suas atividades na promoção e defesa dos Direitos Humanos.

## CDDPH EM NÚMEROS

O CDDPH possui em sua estrutura quatro Câmaras Temáticas de funcionamento permanente, cuja atribuição é supervisionar e organizar, de acordo com seu conteúdo, as atividades das Comissões Especiais, Subcomissões e Grupos de Trabalho. A atual estruturação é apresentada pela tabela abaixo:

<b>Câmara I Desenvolvimento e Direitos Humanos</b>	Comissão Especial “ <i>Direito Humano à Alimentação Adequada</i> ”; Grupo de Trabalho “ <i>Atingidos por Barragens</i> ”; Grupo de Trabalho “ <i>Direito Humano à Moradia Adequada</i> ” <sup>2</sup> Grupo de Trabalho “ <i>Profissionais de comunicação no Brasil</i> ”.	CE – 1  GT – 3
<b>Câmara II Acesso à Justiça e Segurança Pública</b>	Comissão Especial “ <i>Manoel Mattos</i> ”; Comissão Especial “ <i>Urso Branco</i> ”; Comissão Especial “ <i>Crimes de Maio</i> ” <sup>3</sup> ; Comissão Especial “ <i>Segurança Pública e Direitos Humanos</i> ” Grupo de Trabalho “ <i>Regulamentação do Uso da Força e de Armamentos de Baixa Letalidade</i> ”; Grupo de Trabalho “ <i>Direitos Humanos dos Profissionais de Segurança Pública</i> ”; Grupo de Trabalho “ <i>Soldado Lapoente</i> ”.	CE – 4  GT – 3
<b>Câmara III Direitos Individuais e Coletivos</b>	Comissão Especial “ <i>Guarani-Kaiowá</i> ” <sup>4</sup> ; Comissão Especial “ <i>Terra do Meio</i> ” <sup>5</sup> ; Grupo de Trabalho “ <i>Cinta Larga</i> ”.	CE – 2  GT - 1
<b>Câmara IV Assuntos Normativos e Estudos Legislativos</b>	Grupo de Trabalho “ <i>Acompanhamento e monitoramento da implementação do terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos</i> ”.	GT - 1

Mais do que o recebimento e acompanhamento de denúncias de violações de Direitos Humanos, O CDDPH ainda emite notas públicas se posicionando a respeito do andamento de casos acompanhados pelo Conselho e também de acontecimentos públicos e notórios. A tabela abaixo apresenta as notas emitidas no ano de 2013:

<sup>2</sup> Este GT foi encerrado em outubro de 2013, quando teve seu relatório aprovado na 220ª reunião ordinária do CDDPH.

<sup>3</sup> Esta CE foi encerrada na 216ª reunião ordinária do CDDPH, quando teve seu relatório final aprovado.

<sup>4</sup> Esta CE sofreu alteração no seu nome pela Resolução \_\_ e passou a ser apenas Guarani.

<sup>5</sup> Esta CE foi encerrada em março de 2013, quando teve seu relatório final aprovado na 216ª reunião do CDDPH.

<p><b>Notas públicas</b></p>	<p>CDDPH se posiciona sobre a eleição do Deputado Marco Feliciano para a Presidência da Comissão de DH da Câmara dos Deputados;  CDDPH se posiciona sobre o Mecanismo de Combate à Tortura;  CDDPH apoia e enaltece a escolha do advogado Luís Roberto Barroso para ministro do STF;  Repúdio à violência policial contra manifestantes;  Repúdio à violência contra profissionais de comunicação durante as manifestações em SP;  Julgamento da Chacina de Unaí;  Julgamento do Massacre do Carandiru;  Em defesa dos direitos indígenas CDDPH se posiciona sobre a assinatura da Portaria da TI Tupinambá de Olivença e a PEC 215;  Repúdio à violência policial contra professores no RJ;  Julgamento do Massacre de Felisburgo em MG;</p>	<p><b>10</b></p>
------------------------------	---	------------------

## CÂMARA TEMÁTICA I – DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS

### Comissão Especial “Direito Humano à Alimentação Adequada”

Em vigor desde 2005, a Comissão foi criada com o objetivo de “*estabelecer metodologia interinstitucional de trabalho para acompanhamento e apuração de denúncias relativas à violação do Direito Humano à Alimentação Adequada*” (Resolução nº 12, de 24 de maio de 2005). Ao final dos trabalhos, a Comissão submeteu ao CDDPH o seu relatório de atividades, que foi aprovado em maio de 2010. No mesmo mês, instituiu-se nova Comissão Especial, com o objetivo de “*verificar as violações do Direito Humano à Alimentação Adequada, buscando garantir sua exigibilidade, a partir da metodologia interinstitucional elaborada pela CE constituída pela Resolução nº 12 de 2005*”. Esta última resolução foi prorrogada em 2011, dando continuidade ao funcionamento da Comissão.

#### **Situação Atual:**

**Item 1** – A primeira reunião do ano da Comissão Especial realizou-se no dia 20 de março de 2013, na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), e teve como pauta a apresentação do caso Orla Lagunar, apresentação e discussão do relatório de atividades de 2012 e a elaboração do plano de ação da CE para 2013.

#### Principais Encaminhamentos:

- Caso Orla Lagunar: Realizar missão à Maceió, nos meses de abril com o objetivo de avaliar o andamento do caso, estabelecer parceria com nova Prefeitura com vistas a criar um Grupo de Trabalho local com o objetivo de discutir e implementar políticas públicas que possibilitassem a superação do alto grau de vulnerabilidade alimentar na região. Integrantes da missão: Dr. Claudionor Barros (DPU), Dr. Márcio Thadeu (CNPq) e Dra. Jônia Rodrigues (Fian Brasil);
- Estabelecer diálogo com a coordenação do Plano Juventude Viva visando à inclusão de seus programas na região para a qual os antigos moradores da Orla Lagunar foram levados, e organizar reunião, no âmbito da missão, com os operadores do plano no âmbito local para discutir a situação dos jovens dessa região;
- Convidar a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente-SNPDCA para a próxima discussão sobre a Orla Lagunar objetivando tratar da questão da exploração sexual de crianças e adolescentes na região

**Item 2** – A segunda reunião da Comissão no ano de 2013 ocorreu no dia 12 de abril e teve como pauta: informes, continuação da apresentação e discussão do relatório de atividades 2012, apresentação da proposta de nova resolução da Comissão e plano de ação da CE para 2013. As principais deliberações e encaminhamentos foram:

- A representante da Fian Brasil, Célia Varela, deu informe sobre o VII Encontro Nacional do FBSSAN (Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional), que seria realizado no período de 04 a 06 de junho de 2013, em Porto Alegre-RS. Ressaltou que em 2009, a Comissão obteve três vagas no evento e foi encaminhado que ao menos um representante da Comissão participaria;



- Tássia Rabelo, Coordenadora-Geral do CDDPH, deu os informes acerca da realização da reunião com os povos ciganos, bem como, da reunião da Comissão Especial “Guarani-Kaiowá”, ambas realizadas em 08 de abril.
- Foi lido, debatido e aprovado com alterações o “Relatório de Atividades da Comissão Alimentação Adequada/2012”;
- Claudionor Barros se comprometeu a pesquisar junto ao Ministério da Pesca sobre a possível inclusão dos marisqueiros da Orla Lagunar de Maceió-AL no Seguro Defeso, a partir da constatação de que este não os contempla;
- No período da tarde foi analisada e discutida a minuta da resolução que transforma a Comissão Alimentação Adequada em permanente. Foram propostas algumas alterações e encaminhado que posteriormente a proposta de resolução seria apresentada ao Plenário do Conselho, durante a Reunião Ordinária;
- Foram relatados pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, os encaminhamentos feitos sobre as denúncias de violações de direitos humanos ocorridas na TI Governador, em Amarante-MA.

**Item 3 - Missão *in loco*:** nos dias 29 e 30 de abril foi realizada missão em Maceió referente ao Caso da Orla Lagunar. O foco da missão foi buscar a garantia da implementação da Ação Civil Pública nº 4.830/07, que objetiva a elaboração e execução de políticas públicas que busquem solucionar a violação de direitos humanos, econômicos, sociais e culturais de crianças e adolescentes removidos da Orla Lagunar de Maceió para o bairro Cidade Sorriso I.

Para além da ida a Cidade Sorriso e da oitiva com a sociedade civil, a comitiva realizou reunião com a Prefeitura na qual estiveram presentes a Secretária Executiva do Gabinete do Prefeito, Adriana Toledo; a Secretária Municipal de Educação, Ana Dayse; a Secretária Municipal de Assistência Social, Juliana Vergetti. Os encaminhamentos foram os seguintes:

- Monitoramento da implementação das recomendações do relatório de 2011;
- Criação de um GT no âmbito da Prefeitura para monitorar a execução de políticas públicas que busquem solucionar a violação de direitos humanos, econômicos, sociais e culturais de crianças e adolescentes na Orla Lagunar de Maceió;
- Proposta de garantia de seguro defesa para os marisqueiros da Orla Lagunar;

**Item 4 –** No dia 09 de agosto de 2013 foi realizada a terceira reunião da Comissão Especial “Direito Humano à Alimentação Adequada”, que teve como pauta os seguintes pontos: informes, caso Sapê do Norte, relatório 2012 e missão Vazanteiros. Os pontos discutidos e os encaminhamentos da reunião foram os seguintes:

- Informe: O Dr. Edgar Flexa Ribeiro não será mais o Presidente da Comissão Especial “Direito Humano à Alimentação Adequada”;
- Missão da Orla Lagunar: necessidade de formação imediata do GT;
- Institucionalizar o GT pelo Ministério Público estadual até final de agosto/início de setembro e marcar uma reunião do GT para final de setembro com a participação da comissão;
- Caso Sapê do Norte/ES: denúncia de que as comunidades quilombolas estão sem acesso a água, e
- grande parte não estão cadastrados no Bolsa Família;
- Há comunidades que não tem acesso a escolas;

- Os territórios para plantio foram reduzidos com a chegada das empresas e as comunidades empobreceram;
- Não há regulação (regularização/titulação) de nenhuma comunidade;
- Há denúncia de trabalho escravo e infantil, nos eucaliptais;
- O relatório propôs o CRAS quilombolas, hoje há um, mas sem estrutura mínima. No caso de São Matheus foi construído no meio do pasto sem consulta à comunidade.

**Item 5** – Em setembro de 2013, nos dias 25 e 26, aconteceu nova reunião da Comissão Especial. A pauta do primeiro dia foi o caso Sapê do Norte/ES, já no segundo dia de encontro foram discutidos os casos: Ciganos de Souza, Aldeia Jaraguá, Gavião e Orla Lagunar. No dia 25 a representante da Comissão Quilombola do Sapê do Norte, Kátia Penha, apresentou a situação da comunidade, relatando os seguintes pontos:

- Famílias continuam sem acesso a água; além de não existir água encanada e água potável;
- Bacia do Angelim – trabalhadores da Plantar aplicando agrotóxico nas plantações de eucalipto;
- Comunidade sobrevive do carvão;
- Na comunidade de São Jorge observa-se a ausência no conhecimento dos acontecimentos, questão processual, Fundação Palmares;
- Kátia pediu a Fundação Palmares que vá até o Sapê do Norte para chegar a um entendimento e saber quem pode e quem não pode ter acesso à cesta básica;
- Qual a responsabilidade da Fundação Palmares e FUNAI;
- Apenas sete itens na cesta de alimentos;
- Transporte escolar não passa quando chove, existem apenas sete escolas de ensino fundamental;
- Falta de saneamento básico;
- FUNASA está há mais de dois anos com um projeto de construção de banheiros na comunidade de São Pedro, mas ainda não está em funcionamento;

Ao final da reunião, alguns encaminhamentos foram definidos pelos presentes:

- Gasoduto na comunidade de São Jorge (processo/IBAMA);
- Chamar BNDS para uma reunião com a comissão;
- Cesta Básica/Transporte;
- Oficiar INCRA para pedir listagem de nomes das comunidades cadastradas;
- Angelim I – proposta de fazer um poço artesiano;
- FUNASA – apresentar resultado da análise da água para a comunidade;
- Visita em ES em novembro.

No dia seguinte, o convidado do Movimento Nacional de Direitos Humanos, Rildo Marques, explanou sobre o caso Aldeia Jaraguá. Ele explicou que a comunidade é a menor tribo indígena do Brasil, com três hectares para mais de 240 pessoas. Foi definido que a questão territorial da aldeia seria analisada na próxima reunião, para que se possa buscar mais informações sobre o caso e sobre o histórico da área. Uma alternativa para a comunidade é a transferência para Ibiúna.

**Item 6** – A última reunião da Comissão Especial no ano de 2013 foi realizada nos dias 25 e 26 de novembro, em Vitória, Espírito Santo. Alguns pontos debatidos e apresentados na reunião foram os seguintes:

- Caso Gavião: o povo Gavião se localiza no município de Amarante próximo a Imperatriz;
- Procuraram o GT de Educação Indígena, do qual o Fórum faz parte, em janeiro de 2013, denunciando invasão da terra indígena por parte de madeireiros. A terra está demarcada, mas está em processo de ampliação;
- Há uma ação civil pública referente ao PNAE, pois algumas escolas nas áreas não recebem merenda escolar ou recebem o alimento em péssimas condições.
- As áreas de vegetação nativa estão nas áreas indígenas e a maior parte das serrarias e carvoarias ficam no entorno das terras indígenas demarcadas;
- Em 03 de janeiro de 2013 os indígenas fizeram a apreensão de tratores e caminhões dos madeireiros devido à falta de ação do Estado;
- Os vereadores ofereceram propina para que os indígenas liberassem os caminhões apreendidos. Posteriormente a comunidade foi ameaçada e os caminhões foram entregues à Polícia Federal.
- Encaminhamentos: verificar a situação junto ao programa de defensores do MA; convidar o Conselho Estadual de DH para integrar a missão, acionar o MEC quanto à alimentação escolar.

No dia 26 de novembro ocorreu a visita da Comissão às comunidades quilombolas de Sapê do Norte, Espírito Santo. A comunidade de São Jorge e de Angelim I são as mais vulneráveis e o principal problema apresentado foi a falta de água em quantidade e qualidade suficientes para o consumo. Foi apresentada a necessidade urgente de construção de um poço artesiano para a comunidade. O serviço de saúde ainda é limitado e não existe atendimento médico na localidade. Como encaminhamentos, definiu-se: marcação de reunião com a FUNASA para questão da água, verificação dos registros CadÚnico e verificação do recebimento ou não do Bolsa Família.

### Grupo de Trabalho “Atingidos por Barragens”

Instituído no âmbito do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, pela Resolução nº 05 de março de 2011, o GT foi criado com o objetivo de “*elaborar plano de ação e monitorar a implementação das recomendações do Relatório*”

apresentado pela Comissão Especial “Atingidos por Barragens” desse Conselho”. O Grupo de Trabalho exerceu suas atividades por 120 dias e, no ano de 2012, foi reestabelecido pela Resolução nº 04 com o objetivo de: I – elaborar plano de ação e monitorar a implementação das recomendações do Relatório apresentado CE Atingidos por Barragens e II – acompanhar as propostas de normatização federal do conceito “atingidos por barragem” e sua aplicação”. O GT exerce suas atividades até o presente ano, com a realização de reuniões periódicas e missões *in loco*.

### **Situação Atual:**

**Item 1** – A primeira reunião do ano do Grupo de Trabalho ocorreu no dia 26 de março e a pauta foi a situação da barragem de Acauã e a apresentação das propostas de ações para 2013. Como proposição, está a realização do acompanhamento *in loco* dos casos acolhidos pela Comissão Especial: UHE Canabrava, UHE Tucuruí, UHE Aimorés, UHE Foz do Chapecó, PCH Fumaça, PCH Emboque e Barragem de Acauã. Foi definida a elaboração de um dossiê sobre a situação da barragem Acauã, bem como a preparação da missão na barragem.

**Item 2** – No dia 09 de maio realizou-se a segunda reunião do GT, que teve como pauta a missão Acauã, o plano de ação para 2013 e as recomendações relacionadas ao licenciamento. Quanto ao primeiro ponto, foi apresentada a proposta de agenda para a missão, com a realização de audiências públicas nas comunidades atingidas e reuniões com as autoridades estaduais. Na reunião também foram definidos os cronogramas de acompanhamento *in loco* dos casos acolhidos pela Comissão Especial.

**Item 3** – No dia 20 e no dia 21 de agosto foi realizada nova reunião do GT. Como pauta, o plano de ações 2013, o debate com a representante do IBAMA Dra. Moara Menta Giasson e as recomendações sobre licenciamento ambiental. Foi proposta a realização de uma reunião com representantes dos ministérios e secretarias que estão envolvidas na proposta do PL que “estabelece o direito à reparação e cria a Comissão Nacional de Reparação dos Atingidos por Barragens”. A convidada do IBAMA, Dra. Moara, apresentou nota técnica sobre o “Programa de Indenização e Remanejamento” e informou acerca do novo sistema integrado de gestão ambiental (SIGA) que estão construindo. Ao final, foi encaminhado que o IBAMA será convidado para participar de subgrupo de trabalho onde serão debatidas questões relativas ao licenciamento ambiental.

**Item 4** – Em outubro ocorreu a quarta reunião do Grupo de Trabalho, com a apresentação dos relatórios caso Emboque e caso Fumaça e avaliação da Nota Técnica nº 82/12 do IBAMA. Os relatórios foram apresentados e debatidos, no caso Fumaça a proposta foi finalizada por e-mail. Outro ponto foi a Política Nacional para os Atingidos por Barragens, em que o representante Leandro informou que levaria a proposta ao Movimento Atingidos por Barragens para avaliação.

**Item 5** – A última reunião do ano aconteceu nos dias 27 e 28 de novembro e a pauta incluiu: Nota Técnica sobre a proposta de PL que “estabelece o direito à reparação e cria a Comissão Nacional de Reparação dos Atingidos por Barragens”; relatórios Emboque e Fumaça e encaminhamentos. Quanto ao relatório do caso Emboque, o GT aprovou e encaminhou ao pleno do CDDPH. Sobre o PL, foi definido que o debate não

seria reaberto, havendo consenso quanto à proposta pelas entidades representantes. Mais do que isso, o Projeto de Lei é a proposta do GT Barragens para o Conselho e, a partir da deliberação do CDDPH, esta passa a ser responsabilidade do governo federal. No dia 28 foi aberta a discussão da situação da Usina Hidrelétrica (UHE) Garibaldi, com a presença da Deputada Federal Luci Choinacki e representantes do MAB. Os representantes dos atingidos pela UHE Garibaldi apresentaram denúncias de violações de DH na implantação do empreendimento, em especial, no processo de negociação com os atingidos. Situação agravada com o alagamento precipitado e em cota superior ao previsto, com o deslocamento involuntário de famílias, comprometimento de meios de transporte, impacto sobre o sistema de distribuição de energia elétrica, houve contaminação de fontes de abastecimento de água, e graves impactos ambientais. Atingidos informaram sobre a situação de famílias acampadas, da dificuldade de interlocução com a empresa, da frágil ação do ministério público estadual e federal em Santa Catarina. A coordenadora geral do CDDPH informou que na reunião ocorrida na SDH/PR ficou acordado que o Ouvidor Nacional de DH visitará a região e fará o acompanhamento.

### Grupo de Trabalho “Direito Humano à Moradia Adequada”

Instituído no CDDPH em agosto de 2012, pela Resolução nº 06, o GT sobre a garantia do *Direito Humano à Moradia Adequada* tem como objetivos: *I – realizar amplo diálogo nacional sobre o direito humano à moradia adequada, II – receber e*

*monitorar as denúncias de violações aos direitos humanos à moradia adequada, III – elaborar e propor diretrizes para efetiva garantia do direito à moradia adequada, e IV – levantar dados e informações pertinentes sobre o direito humano à moradia adequada, bem como levar ao conhecimento das autoridades competentes.* O GT foi encerrado na 220ª reunião ordinária do CDDPH, quando teve seu relatório final aprovado pelo Plenário.

### **Situação Atual:**

**Item 1** – Primeira missão *in loco* do ano: dias 17 a 19 de abril, na Região Serrana do Rio de Janeiro. As atividades começaram com a visita às comunidades atingidas em Teresópolis, guiadas pelos representantes dos Centros de Referência de Petrópolis. Durante as visitas foram ouvidos relatos de representantes das comunidades atingidas. Em um segundo momento, houve a reunião com as instituições locais, em que o Prefeito fez um pequeno histórico da ocupação desordenada do solo urbano e apresentou a criação do Comitê de Ações Emergenciais na cidade, além de outras providências que foram tomadas, como os gastos com obras emergenciais e assistência social. Também foi criado o Comitê de Monitoramento das Ações de Governo, no âmbito da prefeitura. No dia 17 ainda ocorreu a reunião com os atingidos em Teresópolis, que informaram que os casos de enxurradas são resolvidos pelo INEA, e os de desmoronamento pela Casa Civil/SEOBRAS do governo do Estado. No primeiro caso há formas de contato, já no segundo não. Afirmaram também que há a centralização das informações na Secretaria de Desenvolvimento Social, que é mal localizada, o que gera um transtorno para as vítimas que constantemente precisam se dirigir a esse local para ter suas demandas atendidas ou obter qualquer tipo de documentação ou informação. As principais reivindicações apresentadas foram pela construção das casas, pelo pagamento dos alugueis sociais, pelas indenizações, pela drenagem dos rios, respeito às famílias das vítimas e controle social das obras.

No dia 18 ocorreu a reunião com o Deputado Estadual Nilson Salomão, que foi relator da CPI das chuvas na Assembleia Legislativa do Rio presidida pelo Deputado Luiz Paulo. O Deputado relatou que a prefeitura pretende construir um conjunto habitacional na Fazenda Ermitage e que o grande problema habitacional é a falta de terrenos fora das áreas de risco. Ele ainda apontou três ações emergenciais: acompanhamento psicológico às vítimas e famílias, busca dos desaparecidos e a questão do aluguel social, que na época era pago pelo governo do Estado, a partir do cadastro da Prefeitura. A segunda reunião do dia foi com as entidades institucionais, onde estiveram presentes representantes da Secretaria Municipal de Obras e da Secretaria de Assistência Social, além do Secretário de Saúde. A Secretaria de Obras não tinha informações precisas sobre o andamento das obras habitacionais e de drenagem. Informou que de um total de 80 pontes já foram construídas 10 sob responsabilidade do Estado. Os recursos foram utilizados para manutenção (refazer asfaltos, por exemplo). Já a Secretaria de Assistência Social informou que o sistema de sirenes foi implantado em 2012. Quando a sirene é tocada, as famílias vão para os abrigos e, permanecendo por mais de 48 horas, começam a receber assistência. Ainda no dia 18 ocorreu reunião com instituições locais de Nova Friburgo, onde foi apresentado que 2.700 famílias recebiam aluguel social do Estado, entretanto 2.000 pessoas que necessitam do aluguel não o recebem. Também houve problemas quanto à gestão dos recursos emergenciais recebidos pela prefeitura do governo federal, devido à falta de projetos. Outro apontamento foi a falta de capacidade do município para executar obras de encosta.

No último dia de missão aconteceu a reunião com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, por meio da Subsecretaria de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos e Territórios. Foi informado que o Governo trabalhou ao longo dos últimos anos oferecendo documentação básica e declaração de óbito, porém há a percepção de uma subnotificação do número de mortos. Um segundo ponto importante é o Decreto de 2013, que altera o decreto anterior que estabelecia prazo para o fim do pagamento do aluguel social e, a partir de agora, este passou a ser renovável pelo período que for necessário. A Superintendência de Políticas Emergenciais fez um novo recadastramento em que foram dados 90 dias para que o beneficiário apresentasse a documentação comprovante de necessidade do aluguel social, findo este prazo, estes teriam mais 60 dias para se recadastrar, mas ficariam ser receber o aluguel até que regularizassem a sua situação.

**Item 2** – A segunda missão do ano do Grupo de Trabalho aconteceu nos dias 20 e 21 de junho de 2013, no Vale do Itajaí, Santa Catarina. As atividades começaram com reunião junto às autoridades locais, onde foi apresentado que a cidade historicamente sofre com processos de inundação em razão da topografia do município. A Defesa Civil existe no município há quarenta anos, porém em grande parte do tempo foi voltada ao assistencialismo e, em razão disso, não teve condições de dar o retorno adequado ao desastre de 2008. Em 2011 o Plano de Desenvolvimento Social apontou 51 áreas em situação de risco, 20 foram elencadas como prioritárias; também há ocupação das áreas de encosta e já está sendo realizado o mapeamento das áreas de encosta (quatro já mapeadas) e até 2014 será feito o mapeamento total. Itajaí também possui um plano local de habitação de interesse social em que 51 áreas estão apontadas com irregularidades habitacionais e mais de 20 áreas são de risco. Alguns projetos habitacionais estão em andamento no município: I - PPI da Murta: atenderá 200 famílias; II - Condomínio São Francisco de Assis (Minha Casa, Minha Vida): não contratado; em andamento; III - Nossa Senhora das Graças; IV - Projeto Parque Linear: 70 unidades, remoção da área de risco e estão em aluguel social até entrega das moradias.

No dia 21 de junho, ocorreu a reunião com as comunidades atingidas de Blumenau, que relataram a dificuldade das políticas públicas do Governo Federal chegarem à região. Na cidade os moradores desalojados pela tragédia ficaram dois anos em abrigos e até hoje não existe uma política de enfrentamento das áreas de risco. O projeto de regularização fundiária da cidade foi reapresentado, mas falta documentação para aprovação; 12 regiões precisam ser regularizadas e urbanizadas. Na reunião com as autoridades locais do município foi informado que o Minha Casa, Minha Vida foi entregue em setembro de 2013.

## Grupo de Trabalho “Profissionais de Comunicação no Brasil”

Instituído no CDDPH pela Resolução nº 07/2012, o Grupo de Trabalho é composto por treze membros, sendo seis representantes da sociedade civil, seis

representantes de órgãos do governo e o Ministério Público Federal. O GT tem como objetivos: *I- Analisar denúncias referentes à situação de violência contra profissionais de comunicação social no exercício dessa função, encaminhar aos órgãos competentes e acompanhar seus desdobramentos; II- Propor ações que auxiliem a instituição de um sistema de monitoramento de denúncias referentes às violações aos direitos humanos dessas pessoas, bem como medidas que visem o aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas para esse segmento; e III- Propor diretrizes para efetiva segurança dos profissionais de comunicação diante de situações de risco decorrentes do seu exercício profissional.*

### **Situação atual:**

**Item 1** – A primeira reunião do GT Comunicadores aconteceu no dia 19 de fevereiro e teve como pauta: informes, depoimento de comunicadores que sofreram violações, planejamento e encaminhamentos. O informe foi dado pela representante da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos/SDH, que apresentou os nove casos atendidos por ela onde todos apontaram o Estado como agente violador de direitos contra comunicadores. Dentre os pontos levantados na reunião estavam:

- Valorização das instituições. Não tirar atribuição de um órgão para levar para outro, valorizar as instituições estaduais;
- Atentado aos comunicadores é um atentado à democracia;
- PF pode investigar por ofício ou MJ pode decidir qual caso federalizar;
- Estruturar sistema de proteção. Medidas sugeridas para garantir o exercício da profissão.

As deliberações do primeiro encontro do Grupo de Trabalho foram as seguintes:

- Moção de solidariedade do GT ao Dermi Azevedo, pela morte de seu filho que foi preso e torturado com um ano e 8 meses de idade.
- Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos sistematizará as planilhas dos casos.

**Item 2** – A segunda reunião do ano do GT aconteceu no dia 10 de abril e teve como pauta: informes, apresentação do Projeto de Lei nº 1078/11, de autoria do deputado Delegado Protógenes, apresentação do “Plano de Ação da ONU para a Segurança dos Jornalistas e a Questão da Impunidade” e definição do Plano de Trabalho do GT para 2013. As deliberações e encaminhamentos da reunião foram:

- O deputado federal Delegado Protógenes (PCdoB-SP) apresentou o projeto de lei (PL nº 1078/11), que altera a lei nº 10.446, de 08 de maio de 2002, para dispor sobre a participação da Polícia Federal na investigação de crimes em que houver omissão ou ineficiência das esferas competentes e em crimes contra a atividade jornalística. O PL foi publicamente endossado pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), mas se encontra parado na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) da Câmara dos Deputados. A questão será apresentada pelo Coordenador do GT, Tarciso Dal Maso, ao Plenário do Conselho.
- Foi relatada a missão à Ipatinga/MG, onde a ministra da Secretaria de Direitos Humanos Maria do Rosário Nunes e uma comissão do CDDPH esteve dia 19 de março na Delegacia de Polícia de Ipatinga pedindo uma investigação mais criteriosa no caso da execução do jornalista Rodrigo Neto. A visita da ministra foi solicitada



pelo presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, Durval Ângelo, que afirma que o jornalista recebia ameaças porque investigava crimes não apurados na região.

- Tássia Rabelo, Coordenadora-Geral do CDDPH, fez a apresentação do “Plano de Ação da ONU para a Segurança dos Jornalistas e a Questão da Impunidade”, que destaca que, segundo a CPJ, entre 2008 e 2012, no Brasil foram mortos 22 jornalistas, tornando o País um dos mais letais do mundo para os profissionais da informação após Filipinas, México, Paquistão, Iraque, Síria, Somália e Honduras. Ressaltando que o Plano de Ação deverá ser estruturado através de parceria estabelecida com o Governo do Estado (Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria de Segurança, Casa Civil), a Defensoria Pública, a FENAJ e/ou o Sindicato de Jornalistas do Estado, os órgãos de comunicação e o Sistema ONU.
- O Coordenador Tarciso Dal Maso ressaltou a necessidade de reunião mensal, em Brasília ou *in loco*, com a finalidade de apurar procedências e sugerir providências, para possível término dos abusos praticados. Destacou também a importância de se convidar as Nações Unidas para esclarecimentos do “Plano de Ação da ONU”.

**Item 3** – A terceira reunião do GT ocorreu no dia 22 de maio e teve como pauta: informes, apresentação do “Plano de Ação da ONU para a Segurança dos Jornalistas e a Questão da Impunidade” e encaminhamentos.

- Nesta reunião o representante da SDH no GT, Bruno Monteiro, apresentou o levantamento dos casos de violações cometidos contra comunicadores, com base nas denúncias recebidas pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos e no trabalho elaborado pela Artigo 19. Chegou-se a um universo de 72 casos envolvendo 77 pessoas. Além disto, foi feito um relato sobre sua visita ao México com apresentação de informações sobre o Programa de Proteção aos Jornalistas daquele país.
- Ao término da reunião concluiu-se que o maior número de casos se concentrava nos estados do Pará (08), Mato Grosso do Sul (07), São Paulo (07), Mato Grosso (07), Maranhão (07), Minas Gerais (05) e Rio grande do Norte (05). Com base nesses dados e na análise qualitativa das tendências em cada estado, restou definido que seria realizada uma audiência pública em São Paulo, seguida de uma no Mato Grosso Sul e que, próximo ao término dos trabalhos do GT, seria organizada uma atividade no Rio de Janeiro.
- Foi feita a proposta de criação de uma ferramenta que centralizasse as denúncias recebidas por todas as organizações da sociedade e órgãos de governo. Também foi encaminhado que cada órgão/entidade presente apresentaria suas listas com casos de denúncias de violações aos direitos humanos de profissionais de comunicação, pois se concluiu que não existem dados totalmente confiáveis sobre os casos de assassinatos, ferimentos ou ameaças contra jornalistas no Brasil.

**Item 4** - No dia 25 de junho, no Ministério Público do Estado de São Paulo, o GT realizou a sua primeira audiência pública, que teve como pauta a violência contra os jornalistas que participavam da cobertura das manifestações na cidade de São Paulo. Ao final da reunião, deliberou-se:

- Realização de reuniões mensais do GT;
- Agendamento de reunião da Ministra Maria do Rosário com os comunicadores que sofreram violações durante as manifestações em São Paulo;
- Encaminhamento, pelo CDDPH, de ofícios ao Governo do Estado de São Paulo com pedido de explicações.

**Item 5** – No dia 6 de agosto ocorreu nova reunião do Grupo de Trabalho. Nesta reunião o GT contou com a participação de Aduino Soares e Fábio Eon da UNESCO; do diretor do Centro de Informação das Nações Unidas no Brasil, Giancarlo Summa; de Ricardo Gonzalez da Artigo 19 – México; e de Luiz Alfonso Novoa da Colômbia.

- A presença de representantes da UNESCO nesta reunião permitiu que o GT tomasse maior conhecimento sobre a proposta de Plano de Ação da ONU e discutisse adaptações à realidade brasileira. Foi proposto como concretização do trabalho desenvolvido pelo GT, a criação de um mecanismo permanente (Observatório) para a coleta de informações e denúncias e o encaminhamento de ações de proteção aos comunicadores. Laura da Artigo 19 salientou que a criação de Observatório deveria ser perpassada por um debate sobre as medidas de proteção a serem propostas, a definição da matriz de avaliação de casos, o modelo de gestão e de participação da sociedade civil.
- Foi proposto como concretização do trabalho do GT, a criação de um mecanismo nacional permanente para a coleta de informações e denúncias e o encaminhamento de ações de proteção ou de intervenção de atores públicos, quando necessário. Esse mecanismo permitiria prevenir e minimizar as situações de risco com ações concretas e ágeis. Giancarlo ressaltou ainda a importância de institucionalizar os resultados, criando uma estrutura física com uma coordenação, e disponibilizou a sede da UNIC-Rio para ser usada como estrutura para o Observatório.
- Ricardo Gonzáles relatou que no México, o Mecanismo de Proteção dos Direitos Humanos dos Jornalistas, é oriundo de um trabalho conjunto entre a sociedade civil e o governo, tendo sido convertido em lei. Afirmou que o Mecanismo se divide em três partes: unidade de recebimento de casos e respostas rápidas, unidade de avaliação de riscos e unidade de tratamento de casos. Há uma coordenação executiva do Mecanismo que é exercida pelo Ministério do Interior, estando essa coordenação submetida a uma Junta de Governo, que conta com quatro representações da sociedade civil com direito a voto, e que é encarregada de avaliar todos os procedimentos do Mecanismo e adequá-los quando necessário.
- Luis Alfonso Novoa narrou o histórico de criação do Comitê de Proteção a Populações Vulneráveis da Colômbia dizendo que no final da década de 1990, quando ocorreu o assassinato de um líder sindical por um agente de Estado, abriu-se o debate sobre a necessidade de criação de um mecanismo de proteção separado do Estado, já que este era o principal violador. O Comitê foi criado por meio de um decreto, e há dois anos sofreu uma reforma que criou uma unidade especial de proteção em nível nacional com estrutura de caráter operativo. Dentro desta unidade foram capacitados civis para exercer o trabalho e realizar estudos de riscos, bem como criadas rotas críticas de proteção mediante mapas de risco, com sistemas de alertas construído com informações obtidas com os próprios defensores de direitos humanos.

**Item 6** – Em outubro de 2013 ocorreu o Colóquio sobre Medidas Nacionais e Internacionais para Proteção de Profissionais de Comunicação. O evento foi organizado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a UNESCO, o Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio), com o apoio da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI) e da PUC-RJ, teve como objetivo discutir a segurança dos profissionais da comunicação e a luta contra a impunidade. O evento contou com a presença da Ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário, e do relator especial das Nações Unidas sobre liberdade de expressão, Frank La Rue.

**Item 7** – Em novembro foi realizada audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul, na qual estiveram presentes representantes do GT e comunicadores convidados a dar seus depoimentos com relação a situação de insegurança verificada por meio do levantamento realizado pelo GT Comunicadores

Na ocasião foi ouvido César Moura que relatou a especificidade do Mato Grosso do Sul por se tratar de um estado que tem fronteira com Bolívia e Paraguai. Citou a morte dos jornalistas Paulo Rocaro em Ponta Porã; Daniel Romão, em Coronel Sapucaia; Ratinho; Flávio Godoy, em Bela Vista. Rechaçou a impunidade diante de tantas mortes relatando o caso do “Escaramuça” que segue aguardando uma solução há 15 anos, e a necessidade de ação mais efetiva do poder público na defesa dos radialistas. Por fim defendeu a federalização dos crimes contra comunicadores em razão da ausência de autonomia da policia local diante de um quadro tão complexo.

Após a fala de César, iniciou-se o depoimento de Lile Corrêa, jornalista, radialista há dezoito anos. Afirmou ter perdido as contas de quantas vezes foi ameaçado de morte e que em razão dessas ameaças mudou sua rotina e trocou de cidade todos os anos. Frisou a necessidade de o Estado apresentar uma política de apoio aos familiares dos comunicadores assassinados. Em depoimento explicita várias vezes que no Mato Grosso do Sul, os próprios comunicadores buscam proteger uns aos outros, dado que o Estado é omissor.

José Antônio da FITERT apontou a dificuldade em discutir a questão de segurança com as empresas de comunicação, pois as poucas empresas que têm segurança possuem apenas segurança patrimonial, cita um caso emblemático de um profissional da TV Cultura de São Paulo que foi morto no estacionamento da empresa.

O presidente do GT registrou o a necessidade de cooperação fronteiriça na apuração dos crimes e matizou a federalização como forma única de resolução para o problema da impunidade, apontando que não é possível desprestigiar de todo as instituições locais, que às vezes bravamente cumprem suas funções. Outro que cita como sendo de extrema importância é o da responsabilidade das empresas. Em sua fala Torves relata que o projeto que federaliza os crimes contra jornalistas encontra barreiras para ser aprovado, e defende que seu escopo seja estendido para toda a área da comunicação.

Após os depoimentos dos comunicadores presentes restou encaminhado que a próxima reunião do GT deveria ter como ponto de pauta a violência contra radialistas, em especial das rádios comunitárias.

## **CÂMARA TEMÁTICA II – ACESSO À JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**

### **Comissão Especial “Manoel Mattos”**

## **Histórico:**

Manoel Mattos era advogado e vereador e vinha denunciando, desde 1999, a ação de um grupo de extermínio na divisa entre Paraíba e Pernambuco, que vinha vitimando dezenas de pessoas. Moradores da região chegaram a viajar para Recife com o intuito de levar o problema à Secretaria de Segurança Pública. Porém, após esta iniciativa, Manoel Mattos passou a correr risco de morte. A partir de 2001, desde que se iniciaram as denúncias, o vereador enfrentou diversas situações de risco e tentados à sua vida.

Contudo, não demorou para que o caso do ativista ganhasse repercussão internacional. Em abril de 2003, a Corte Interamericana de Direitos Humanos dirigiu-se à Justiça Global, no RJ, para comunicar que haviam enviado ao governo do Brasil um pedido de medidas “para proteger a vida e a integridade pessoal de Manoel Bezerra de Mattos”. No mesmo mês, a Comissão Especial sobre Crime Organizado na Divisa de Pernambuco e Paraíba, criada pelo CDDPH, enviou às autoridades um ofício que reforçava o pedido de proteção para Mattos. Depois destas ações, policiais passaram finalmente a escoltar o ativista, porém a proteção foi suspensa e no dia 24 de janeiro de 2009, Manoel Mattos foi assassinado.

Após a sua morte, o CDDPH constituiu uma comissão especial que teve como fim investigar o caso e buscar a federalização do mesmo. O Conselho passou a empenhar-se junto ao procurador-geral da República da época, Antônio Fernando Barros, e aos ministros do STJ para que este objetivo se concretizasse. Em outubro de 2010, fazendo-se justiça à história de Manoel Mattos, o STJ decidiu federalizar o caso. Desta forma, a Polícia Federal, o Ministério Público Federal e a Justiça Federal de Pernambuco passaram a atuar diretamente no caso.

Já em 2011, o CDDPH instituiu pela Resolução nº 01 de janeiro de 2011 a Comissão Especial Manoel Bezerra de Mattos Neto com o objetivo de “*monitorar, em parceria com a sociedade civil, a atuação dos órgãos federais e estaduais, buscando a total implementação da decisão do Incidente de Deslocamento de Competência nº 02 – IDC, proferida pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ*”.

## **Situação Atual:**

**Item 1** – Em outubro a Comissão Especial se reuniu para discutir as estratégias do júri de Manoel Mattos, marcado para ocorrer dia 18 de novembro de 2013. Restou definido que a comissão não acompanharia presencialmente sorteio dos jurados, mas emitiria nota pública na data do sorteio, 04 de novembro. Dr Percílio propôs que Dona Nair, mãe de Manoel Mattos, procurasse, munida de uma carta, todos os jurados. Dra. Ivana considerou prudente que todas as estratégias a serem adotadas com relação ao júri fossem discutidas com os procuradores do caso – Marcus Queiroga, Alfredo Falcão e Fabricio Carre – em reunião a ser promovida pela Comissão Especial na tarde de 12/11 em João Pessoa.

**Item 2** – O tão esperado júri do caso Manoel Mattos, marcado para ocorrer no dia 18 de novembro, na Justiça Federal da Paraíba, foi adiado devido à insuficiência de jurados para a composição do Conselho de Sentença. Devido ao imprevisto, a Comissão se reuniu no mesmo dia 18 para avaliar o adiamento, bem como a condução dos trabalhos pelo juiz Luna Freire até o momento. Foram rediscutidas as estratégias a serem adotadas no período anterior ao júri Manoel Mattos remarcado para 05 de

dezembro de 2013 às 9:00h na cidade de João Pessoa. O CDDPH iniciará os encaminhamentos para a realização do júri no dia 05/12, mas todos aguardarão o retorno sobre a solicitação de construção e utilização da lista de jurados da justiça federal. No dia 05 de dezembro, data prevista para o julgamento do caso Manoel Mattos, houve novo adiamento sem remarcação de nova data para o júri.

## Comissão Especial “Urso Branco”

### **Histórico:**

Na virada do ano de 2000 para 2001, ocorreu uma grande rebelião na Casa de Detenção “Urso Branco”, causando a morte de pelo menos 27 presos. Este fato deu origem a uma representação formulada pelas ONGs “Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de Porto Velho (CJP)” e Justiça Global perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA), onde se decretou medidas cautelares de proteção à vida e à integridade física das pessoas privadas de liberdade naquela unidade prisional.

Diante disso, no ano de 2002 o Departamento Penitenciário Nacional designou uma comissão para realizar minuciosa inspeção na unidade prisional e, posteriormente, elaborar relatório circunstanciado. Este relatório foi remetido à Corte, que editou-o determinando ao Estado brasileiro a adoção de medidas no sentido de adequar o presídio às normas internacionais de proteção das pessoas privadas de liberdade e garantir aos presos, condições dignas de cumprimento de pena.

Mesmo após estas medidas, em julho de 2002 outra rebelião eclodiu no Presídio Urso Branco. Foi neste contexto que a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República constituiu, por meio da Resolução nº 02 de 28 de janeiro de 2003, Comissão Especial no âmbito do CDDPH, com o objetivo de “*proceder levantamento da situação carcerária da Casa de Detenção José Mário Alves da Silva e apurar denúncias de violações de direitos humanos com posterior elaboração de relatório.*”

Em 16 de abril de 2004, outra grande rebelião ocorreu no Presídio Urso Branco, durando sete dias e resultando em quatorze vítimas, contabilizando 96 mortos desde o início das rebeliões. No mesmo ano, o Secretário Especial de Direitos Humanos, por meio da Resolução nº 17 de 27 de julho de 2004, instituiu novamente Comissão Especial no âmbito do CDDPH, com o objetivo de “*coordenar, supervisionar e monitorar a aplicação das medidas provisionais determinadas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos concernentes ao Presídio Urso Branco*”.

Em agosto de 2012, a CE foi recomposta e sua atuação permanece vigente, com seus membros reunindo-se periodicamente para monitorar as medidas implementadas pelo Estado brasileiro em Rondônia, bem como cobrando providências para solução dos problemas pendentes. A Resolução da Corte Interamericana de Direitos Humanos determina que o Estado continue informando, a cada seis meses, o andamento das recomendações.

### **Situação Atual:**

**Item 1** – Nos dias 04 e 05 de fevereiro de 2013, em Rondônia, ocorreu a primeira missão do ano da Comissão Especial. Os trabalhos iniciaram às 16h com a visita ao Tribunal de Justiça do estado de Rondônia, onde foi dado esclarecimento sobre o pendente julgamento da chacina ocorrida em 2004. A Juíza da Vara de Execuções Penais afirmou que a dependência acontecia em relação aos recursos contra a pronúncia, em fase de julgamento no Tribunal de Justiça. A Coordenadora-Geral do CDDPH à época, Clarissa Jokowski, solicitou que quando definida a data do júri, que fosse informada ao Conselho e à Assessoria Internacional para composição do relatório a ser encaminhado para a CIDH.

Já no dia 05 de fevereiro, a primeira reunião foi na Defensoria Pública do Estado de Rondônia, iniciada pelo representante do Ministério da Justiça, Luiz Fabrício Vieira Neto, que comentou sobre a morosidade do estado de Rondônia em aplicar certos itens do “Pacto para Melhoria do Sistema Prisional do estado de Rondônia” e questionou ao Defensor-Público Geral o que pode ser melhorado. O Defensor-Público Geral, José Francisco Cândido, esclareceu sobre a necessidade do repasse de verbas do estado à Defensoria Pública, falou sobre o excesso de atribuições dos Defensores e apresentou a necessidade de capacitação penal.

Às 15h do dia cinco de fevereiro, deu-se início a reunião da Comissão Especial Urso Branco, na Casa de Detenção José Mário Alves da Silva. A pauta teve os seguintes pontos:

- **Informações sobre a implementação do comitê e mecanismo estadual de prevenção combate à tortura.** A Coordenadora de Combate à Tortura da SDH/PR, Karolina Castro, informou que houve reunião com representantes da Casa Civil, para criação do processo do comitê e do mecanismo de combate de prevenção à tortura, um dos planos propostos foi a institucionalização de políticas para essa temática, onde se envolvem órgãos de governo e a sociedade civil, para institucionalizar práticas de forma que tenha um acompanhamento das questões relativas a agentes penitenciários e apenados, e a questão que foi levantada pelos petionários. A expectativa é de que a partir desse diálogo, o Governo possa encaminhar este anteprojeto à Assembleia Legislativa, e à Secretaria de Direitos Humanos por meio da Coordenação de Combate à Tortura. Foi deliberado que na próxima reunião da Comissão, com a presença dos integrantes da OAB e da CJP, será discutido o projeto do Conselho Estadual de Direitos Humanos.

- **Monitoramento do Pacto.** Foi relatada pelo Presidente da Comissão, Dr. Luiz Fabrício Vieira Neto, a visita realizada à Colônia Penal Ênio Pinheiro, onde foram constatados pontos como a assessoria jurídica precária que não permite aos detentos serem entrevistados pelo Defensor, a má qualidade da comida e a má qualidade e pouca distribuição de água. Foi sugerido pela Presidência da Comissão que a SEJUS/RO institua um grupo de trabalho visando priorizar o item VI (Outros compromissos) do Pacto, com envio mensal de laudos da qualidade da água e da alimentação, além do envio de relatórios à Comissão.

**Item 2** – A segunda reunião foi realizada entre os dias 13 e 17 de maio, quando ocorreu a reunião com o Sindicato dos Agentes Penitenciários de Rondônia. Foram apresentados e discutidos os seguintes pontos:

- O Sindicato dos Agentes Penitenciários entrou de greve em 01 de maio de 2013 e cobram o cumprimento dos acordos firmados com o governo do estado, seis até o momento, sendo o último de setembro de 2012;

- O Tribunal de Justiça entendeu que a greve era legítima, mas deveria manter 70% do efetivo. Agentes alegam que o Governo fechou a estrada para que estes não acessassem as unidades prisionais;
- Os agentes são contrários ao retorno da administração dos presídios pela Secretaria de Segurança, atualmente a Secretaria de Justiça é responsável;
- Utilizar oficiais da reserva quebra as regras mínimas de presos da ONU. Art. 55.
- Cobrar o relatório e ponto focal;
- Pedir cópia do livro de plantão ao governo, número de policiais aposentados que estão de volta à ativa neste período;
- Relato de um homicídio no sistema socioeducativo em Rolim de Moura;
- Lei de execuções penais proíbe a intervenção policial;
- Reclamam da ausência de armamentos menos letais e viaturas.

**Item 3** – Nos dias primeiro e dois de agosto de 2013, a Comissão Especial Urso Branco reuniu-se na Brinquedoteca da Casa de Detenção Dr. Mário Alves da Silva, em Porto Velho/RO, para discutir o monitoramento e a implementação do Pacto para Melhoria do Sistema Prisional. Durante a reunião, deliberaram-se os seguintes encaminhamentos:

- Obter posicionamento quanto ao recurso de responsabilidade da união previsto no pacto para fortalecimento da defensoria.
- Articular junto ao Ministério da Saúde a possibilidade de retorno dos R\$ 600.000,00 que retornaram ao MS.
- Disponibilizar o “book” digital dos agentes cadastrados para que possam ser consultados pelos órgãos de controle.
- Realizar a licitação dos equipamentos para a cozinha industrial;
- Encaminhar o termo de referência para aparelhamento da cozinha industrial para a área de licitação.
- Colocar em funcionamento as comissões de fiscalização da alimentação recebida pelos presos nas unidades prisionais de Porto Velho.
- Regularizar o fornecimento de medicamentos no sistema prisional;
- Apresentar o plano de substituição de armamento letal.
- Realizar levantamento e disponibilizar para a comissão dados sobre o número de servidores e de agentes penitenciários que atuam em outros órgãos, secretarias, etc.
- Enviar relatório sobre o quantitativo de agentes em desvio de função.
- Implementar o modelo de revista de visitantes sem desnudamento, a exemplo do que já acontece no estado de Goiás.
- Alterar os procedimentos e horários de recolhimento de lixo para aumentar a higiene.
- Disponibilizar dados sobre o volume do incremento de recursos que foi repassado pelo Governo Estadual para a Defensoria Pública do Estado entre a assinatura do Pacto e a data atual.

**Item 4** – Dia 28 de agosto aconteceu a quarta reunião de monitoramento das medidas do Pacto para Melhoria do Sistema Prisional do Estado de Rondônia. Ao final do encontro os presentes deliberaram alguns encaminhamentos:

- Verificar os resultados dos julgamentos realizados durante a semana de 19 a 23 de agosto e divulgar para os membros da Comissão;
- Enviar relatório da documentação da Defensoria Pública de Rondônia para SDH, Depen e MRE, e depois à Comissão, e verificar se algum membro quer informação adicional;
- Cobrar do TJ e do MP as respostas para a solicitação dos petionários;
- Marcar e acompanhar reunião com a Secretaria de Justiça para conferência do relatório;
- Marcar reunião em outubro com os petionários e outros membros para mostrar as conclusões do relatório antes da conferência com a OEA.
- Para diminuir as tensões dentro dos presídios, cobrar da Defensoria Pública o envio de resposta dos atendimentos feitos aos detentos;
- Conversar com a Secretaria de Justiça para pedir prioridade nas demandas da Comissão, diante da situação de crise civil em Rondônia;
- Cobrar da Defensoria Pública, do TJ, do MP e da Secretaria de Justiça em que estágio estão os processos, se houve inquérito, investigação e julgamento, e quanto tempo levou o processo;
- Diante dos dados apresentados sobre os processos judiciais, e caso se verifique morosidade, recorrer ao TJ e à Procuradoria, em um primeiro momento; recorrer ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público como último recurso.

## Comissão Especial “Crimes de Maio”

### **Histórico:**



“Crimes de Maio” é a denominação dada à onda de violência ocorrida em maio de 2006, durante a operação do Primeiro Comando da Capital em São Paulo. À época, foram contabilizadas mais de 200 mortes por toda a região de SP. O episódio abrange seis casos de homicídio envolvendo treze vítimas. Os crimes ocorreram na cidade de Santos (SP), durante o período de 12 a 21 de maio de 2006. As mães das vítimas se reuniram para acompanhar os processos investigativos, assinalando que muitas perícias não foram feitas e que todos os processos haviam sido arquivados.

A solicitação de apoio ao CDDPH para que a competência de julgamento dos “Crimes de Maio” seja deslocada à Justiça Federal foi apresentada pelo Dr. Antônio Maffezoli, Defensor Público do Estado de São Paulo, durante a 202ª reunião ordinária do Conselho, realizada em 22 de novembro de 2010. Esta solicitação de apoio ao CDDPH com vistas à federalização do caso “Crimes de Maio” deu-se em razão da conquista do deferimento do IDC 02, no caso “Manoel Mattos”. Desde então, o CDDPH foi provocado pela sociedade civil e pelo Defensor Público Antônio Maffezoli a auxiliar e articular para que o caso Crimes de Maio também fosse federalizado pelo STJ, após representação da PGR. Nessa época, já havia um pedido de federalização desse caso junto ao Procurador Geral da República, que aguardava a definição do processo Mattos. Com o voto da Ministra Relatora e a decisão final do caso Manoel Mattos, precedentes importantes se firmaram, facilitando inclusive o pleito para os ‘Crimes de Maio’.

Nesse sentido, no fim de 2010, este Conselho foi provocado ao receber denúncias contínuas de homicídios na Baixada Santista, ressaltando a emblemática forma com que diversas autoridades têm lidado com os Crimes de Maio, seja ignorando ou minimizando o papel do Estado como protagonista na maior crise de segurança pública do estado de São Paulo, motivo pelo qual foi constituída esta Comissão Especial que objetiva *“diligenciar junto às autoridades e sociedade civil o levantamento de dados e informações pertinentes com vistas à instauração do Incidente de Deslocamento de Competência do caso conhecido como ‘Crimes de Maio’, ocorrido em 2006, na Baixada Santista”*.

### **Situação Atual:**

Em 21 de janeiro houve missão da Comissão Especial em São Paulo, com a finalidade de realizar diligência junto às autoridades e sociedade civil para o levantamento de dados e informações pertinentes ao caso.

Durante a 216ª Reunião Ordinária do CDDPH, realizada em 19 de março, foram deliberadas as seguintes questões acerca da Comissão Especial “Crimes de Maio”: aprovação do relatório, com as sugestões de inserir os órgãos a quem se refere as recomendações; inserir nas recomendações específicas a “imediata busca e identificação dos corpos” e “assegurar a reabilitação psicológica dos familiares”; nas recomendações gerais, incluir questão das “perícias independentes” e “fomentar a criação de bancos de dados sobre homicídios”; esclarecer que os dados apresentados no relatório não são dados oficiais do governo do estado; não fazer comparação no texto com o período ditatorial.

O Conselho seguirá monitorando as recomendações durante um ano, e não entrará com o pedido de federalização durante esse período em razão da mudança de postura das autoridades que se colocaram à disposição para desarquivar os inquéritos, mas que tal possibilidade não estava descartada caso os casos continuassem sem seus devidos encaminhamentos.

Em 25 de junho foi realizada reunião em São Paulo para uma conversa com alguns pais e mães do Movimento Mães de Maio e o Defensor Público que acompanha o caso, Dr. Maffezoli. Na reunião estes explicitaram a necessidade de revisão de alguns pontos do Relatório da Comissão Especial Crimes de Maio aprovado na 216ª reunião do Conselho. Em linhas gerais eles demandaram o seguinte:

- Relatório pormenorizado das visitas feitas pela Comissão Especial a diversas autoridades do Estado de São Paulo em maio de 2011 e janeiro de 2013;
- Juntada dos depoimentos prestados por diversos familiares à Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo e entregues à Comissão Especial em maio de 2011;
- Apresentar como conclusão do relatório que o Conselho seguirá monitorando as recomendações durante um ano, e não entrará com o pedido de IDC durante esse período em razão da mudança de postura das autoridades de São Paulo que se colocaram à disposição para desarquivar os inquéritos, mas que tal possibilidade não está descartada podendo ser rediscutida se os casos seguirem sem o devido encaminhamento;
- Apresentar recomendação para que o Governo do Estado de São Paulo monte uma equipe para auxiliar os trabalhos do promotor de Santos que já informou inúmeras vezes aos familiares das vítimas que sozinho não conseguirá dar encaminhamento às investigações;

### Comissão Especial “Segurança Pública e Direitos Humanos”

Instituída no Conselho pela Resolução nº 04 de 18 de junho de 2013, a Comissão Especial “Segurança Pública e Direitos Humanos” tem como objetivos: *I – analisar denúncias de casos relacionados à segurança pública e aos direitos humanos, submetidos à apreciação do CDDPH mediante a instituição de Grupos de Trabalho para a análise e acompanhamento das violações reportadas, bem como a proposição de recomendações; II – propor e realizar ações visando à diminuição da violência no país com especial atenção a grupos vulneráveis; III – reforçar o desenvolvimento de estratégias que objetivem a busca de soluções pacíficas de conflitos; e IV – articular e integrar ações voltadas ao enfrentamento de grupos de extermínio e milícias buscando a superação da impunidade.*

#### **Situação Atual:**

**Item 1** – A primeira reunião da Comissão Especial ocorreu no dia 26 de agosto e teve como pontos de pauta: informes, apresentação dos dados do projeto “Pelo Direito à Não Repetição” e plano de trabalho da Comissão. Os encaminhamentos deste primeiro encontro foram os seguintes:

- Elaboração de recomendação de protocolos de incursão policial em favelas e periferias;
- Realizar sistematização dos trabalhos produzidos pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública;
- Debater a criação de um Instituto Nacional de Perícia Legal independente para atender a todos os órgãos que precisem de uma perícia autônoma;
- Criação de três sub-relatorias no interior da Comissão:  
- Sub-relatoria para recebimento e análise de denúncias – Patrícia Machado;

- Sub-relatoria para análise e proposição de recomendações na área de políticas de segurança pública e solução pacífica de conflitos – Samira Nunes;
- Sub-relatoria para combate a grupos de extermínio e milícias – Rildo Marques;
- Os responsáveis por cada sub-relatoria encaminharão relatórios parciais para o CDDPH;
- Em um segundo momento, pode-se discutir os temas de reestruturação da polícia, como unificação e desmilitarização, mas esses temas não serão o foco inicial;
- Realizar a sistematização do que já é produzido por outros órgãos no sentido de profissionalização dos agentes;
- Sugestão de recomendação para o fim do crime de desacato;
- Movimento Mães de Maio pediu que fosse incluído no plano de trabalho o debate sobre políticas em âmbito nacional para pais e familiares de vítimas da violência;
- Questões estratégicas:
  - Estudo sobre os efeitos da desmilitarização;
  - Treinamento concentrado nos agentes mais recentes na corporação para que não se reproduzam comportamentos arraigados;
  - Respeito profissional entre superiores e subordinados: profissionalização do ambiente de trabalho;
  - Controle político e social sobre a polícia feito pela comunidade em que ela está inserida;
- Metodologia para formação inicial e capacitação permanente dos agentes com uma abordagem transversal que vai além da grade curricular;
- Pensar em um eixo de comunicação social que chegue até a sociedade e que leve informação sobre direitos humanos e segurança pública;

**Item 2** - Após a reintegração de posse da Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro realizada no dia 28 de setembro de 2013, a Comissão recebeu uma carta da ONG Justiça Global cobrando um posicionamento sobre os abusos cometidos pelas forças de segurança pública nesta ocasião. Diante deste pedido o CDDPH deliberou a ida ao estado do RJ no dia 09 de outubro para tratar do assunto com o Secretário de Segurança, José Mariano Beltrame. A Ministra Maria do Rosário, juntamente com os conselheiros do CDDPH Tarcísio Dal Maso e Aurélio Rios, e o Ouvidor Nacional de Direitos Humanos, Bruno Renato, se reuniu com os Secretários de Segurança e Assistência Social do Estado do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame e Zaqueu Teixeira, o Coronel Luis Castro, Comandante da Polícia Militar, e Elói, superintendente de Direitos Humanos.

Nesta reunião foram abordadas duas temáticas centrais: o papel do Estado na garantia do livre direito a manifestação pacífica e no combate a violência nas comunidades. Com base nos relatos feitos pelo deputado federal Alessandro Molon na reunião ordinária do CDDPH, no dossiê entregue pelo vereador Reimont, nas duas cartas enviadas pela Justiça Global, e na reunião realizada com a sociedade civil do Rio de Janeiro, os conselheiros e a Ministra questionaram o motivo do uso ostensivo da força policial no âmbito de manifestações pacíficas. Estes ressaltaram a necessidade do uso diferenciado da força com base no princípio da não-violência previsto na resolução 06/2013 do CDDPH.

A Ministra propôs que organizações de direitos humanos realizassem o monitoramento das ações das forças de segurança pública no contexto das manifestações com anuência do Governo do Estado. O Secretário de Segurança não se opôs a iniciativa e informou que a Defensoria Pública e o MPE já estão acompanhando as ações da polícia. Após a citação de algumas possíveis entidades o Secretário afirmou

que não fazia óbice a nenhuma, mas que gostaria de contar, por parte da sociedade civil, de posturas públicas mais ponderadas, pois alguns ataques a polícia só tem como utilidade aumentar o tensionamento.

Em debate sobre o uso do armamento de baixa letalidade, o Secretário afirmou que esse tipo de artefato é uma evolução se comparado às armas letais, mas que se faz necessária a preparação dos policiais para o uso adequado desses equipamentos. Secretário Zaqueu defendeu a centralidade do curso de formação de profissionais da segurança para atuação baseada nos preceitos de respeito aos direitos humanos.

A proposta central encaminhada ao término da reunião foi a de criação de um grupo civil de acompanhamento da ação policial nas manifestações com apoio da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos. O Secretário Beltrame também se comprometeu a observar a Resolução nº 08/2012 do CDDPH como um todo, indo além da mudança de nomenclatura, com vias a implementá-la como um todo. O foco proposto pela Ministra foi na preservação da cena do crime e na perícia. Outro acordo foi de que a o Estado indicasse publicamente um rol de procedimentos utilizados pela polícia.

## Comissão Especial “Regulamentação do Uso da Força e de Armamentos de Baixa Letalidade”

Instituída no âmbito da Comissão de Segurança Pública e Direitos Humanos do CDDPH, pela Resolução nº 05 de junho de 2013, a Comissão Especial sobre “Regulamentação do Uso da Força e de Armamentos de Baixa Letalidade” foi criada com a finalidade de: *I – realizar estudos sobre a regulamentação do uso da força e de armamentos de baixa letalidade, o impacto na saúde da vítima alvejada por tais equipamentos, e a comparação de programas de treinamento das forças de segurança pública; II – analisar e acompanhar denúncias de violências decorrentes do emprego incorreto do uso da força e de armamentos de baixa letalidade, e propor encaminhamento aos órgãos competentes; e III – propor ações com vistas à instituição de um sistema de monitoramento do uso da força e de armamentos de baixa letalidade, bem como à adoção de medidas que visem ao aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas para a utilização de armas de baixa letalidade.*

### **Situação Atual:**

**Item 1** – A primeira reunião da CE aconteceu no dia 27 de agosto e teve como pauta: informes, apresentação do estudo “Necessidade de Regulamentação Federal para Emprego de Armamentos não-Letais em todo Território Nacional” e plano de trabalho para 2013. Os encaminhamentos deste primeiro encontro foram:

- Acompanhamentos das denúncias de violações serão encaminhados à Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos e à sub-relatoria da Comissão de Segurança Pública e Direitos Humanos do CDDPH;
- Em um prazo de 20 dias, os membros devem indicar propostas de especialistas para participar nas reuniões e esclarecer pontos mais específicos sobre as armas de baixa letalidade;
- Membros da sociedade civil, das forças de segurança pública e fabricantes também deverão ser convidados a participar das próximas reuniões;

- Utilizar os vídeos para aprofundamento dos debates e conhecimento da situação, mas não realizar uma compilação exaustiva deste material. Grupo Tortura Nunca Mais, Polícias, Ministério da Defesa e outros membros estão convidados a enviá-los;
- Necessidade de estabelecimento de protocolos de uso de armas de baixa letalidade com base nas legislações internacionais, preceitos estabelecidos pela ONU e regras de utilização das empresas com vistas ao estabelecimento de regulamentação do uso em âmbito nacional;
- Encaminhar os projetos de lei citados no estudo do Dr. Aurélio Rios por e-mail e fazer um quadro de sistematização desses projetos em tramitação para avaliarmos sua pertinência;
- Apresentação da doutrina de controle de distúrbios civis pela Polícia Federal e pela Força Nacional;
- Necessidade de formação, reciclagem e preparação de agentes de segurança para a utilização de armamentos de baixa letalidade;
- Levantamento de legislação federal e estadual, e também de normas internacionais para balizamento do grupo.

**Obs.: Não encontrei memória das reuniões de outubro na pasta.**

### Grupo de Trabalho “Direitos Humanos dos Profissionais de Segurança Pública”

O GT foi instituído no âmbito da Comissão Especial de Segurança Pública e Direitos Humanos do CDDPH, com a finalidade de: *I - incentivar e monitorar a implementação das Diretrizes Nacionais de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos dos Profissionais de Segurança Pública, estabelecidas na Portaria Interministerial nº 02/10 da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e do Ministério da Justiça; II - propor novas diretrizes e ações visando assegurar os direitos humanos dos profissionais de segurança pública e a diminuição da letalidade destes profissionais em serviço ou fora dele; III - propor medidas que visem a interação entre as forças de segurança pública e a sociedade, bem como, o fomento a política de Polícias Comunitárias.* O GT atualmente aguarda o retorno dos órgãos que o compõem com a indicação dos seus respectivos representantes, para então começar os trabalhos.

### Grupo de Trabalho “Soldado Lapoente”

#### **Histórico:**

Em 19 de outubro de 2012, foi publicada a Portaria nº 1.336, com o Acordo de Solução Amistosa com vistas ao encerramento do Caso nº 12.674, em tramitação perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA).

O Caso nº 12.674 refere-se à morte de Márcio Lapoente da Silveira, Cadete da Academia Militar das Agulhas Negras do Exército Brasileiro (AMAN), em nove de outubro de 1990, durante o Curso de Formação de Oficiais. O supracitado Acordo tem por finalidade estabelecer medidas para garantir a reparação dos danos sofridos pelos familiares de Márcio Lapoente da Silveira, em atenção às suas demandas, bem como prevenir eventuais novas violações, encerrando o Caso 12.674 após o cumprimento integral dos dispostos no documento.

Dentre os itens do Acordo, o Estado Brasileiro, por meio da Secretaria de Direitos Humanos, se comprometeu a solicitar ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) que analise 23 casos de supostas violações aos direitos humanos ocorridas no âmbito das Forças Armadas, conforme estudo elaborado pelo Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM/RJ).

Em 07 de junho deste ano, foi publicada a Resolução nº 03/2013, que institui o Grupo de Trabalho com o objetivo de “*analisar 23 casos de denúncias de violações aos direitos humanos ocorridas no âmbito das Forças Armadas, conforme estudo elaborado pelo Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro (GTNM-RJ), sobre os quais deverá fazer recomendações e encaminhamentos aos diversos órgãos competentes na matéria, a serem discutidas em reunião ordinária do pleno do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana*”.

### **Situação Atual:**

**Item 1** – A primeira reunião do GT aconteceu no dia 13 de agosto e teve como pauta: apresentação do caso e dos objetivos específicos do Grupo de Trabalho, informes, apresentação e análise de documentação sobre o caso, proposta de temas pertinentes ao GT e cronograma de atividades. Como encaminhamentos, definiu-se:

- Solicitar os documentos dos casos ao Grupo Tortura Nunca Mais;
- Apurar toda a documentação que consta sobre os casos no MPF e MPM;
- Dividir o GT por sub-relatorias de casos semelhantes;
- Agendar visitas de todo o GT com os altos oficiais em Brasília.

**Item 2** – No dia 4 de outubro ocorreu a visita do GT aos Altos Comandos das Forças Armadas do Exército, Aeronáutica e Marinha. As deliberações das visitas foram as seguintes:

- Metodologia: análise de três fontes de informação – documentos fornecidos pelo Ministério Público Militar, documentos fornecidos pelo Grupo Tortura Nunca Mais/RJ e documentos fornecidos pelas Forças Armadas;
- Metodologia: a análise dos casos deverá levar em consideração três pontos - sanções (administrativas, penais, civis); reparações; não-repetição (formação e treinamento);
- Foram entregues documentos sobre os casos [1], [2], [5], [6], [8], [14], [22] e [23] por Sérgio Suiama, do Ministério Público do Rio de Janeiro (dentro os 23 que estão no escopo do Grupo de Trabalho);
- Criação de cinco sub-relatorias, divididas entre os seguintes órgãos:
  - Casos do 3º COMAR: [8], [9], [22] e [23] – Ministério Público Federal;
  - Casos de Suicídio: [3], [10], [16], [17], [18] e [20] – Secretaria de Direitos Humanos;
  - Casos de morte em treinamento: [1], [5], [6] e [7] – Ministério das Relações Exteriores;
  - Casos da Vila Militar: [2], [4], [11], [12] e [13] – Ministério Público Militar;
  - Outros casos: [14], [15], [19] e [21] – Advocacia Geral da União;
- Sugestão de realizar uma audiência pública com a FGV para uma exposição sobre o funcionamento da AMAN (Academia Militar das Agulhas Negras);

## **CÂMARA TEMÁTICA III – DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS**

### **Comissão Especial “Guarani”**

Foi instituída no CDDPH pela Resolução nº 01 de abril de 2009 e restabelecida pela Resolução nº 01 de agosto de 2012, com o objetivo de “*colher informações sobre denúncias de violações a direitos humanos perpetradas contra indígenas da etnia Guarani Kaiowá e Nandeva*”.

### **Situação Atual:**

**Item 1** – A primeira reunião do ano da Comissão aconteceu no dia 18 de fevereiro e os pontos debatidos foram os seguintes:

- Reestruturação da resolução para ampliar o escopo. Também ampliar representação com a participação das organizações indígenas e SENASP.
- Proposta de um estatuto jurídico para populações indígenas no MERCOSUL. Poderá servir para ajudar outras etnias transfronteiriça.
- Relação da Comissão Especial com o povo Guarani-Kaiowá. Construir agenda de prioridades: alimentação adequada, questão fundiária, saúde, entre outros. A presença indígena na Comissão dá maior vivacidade à luta do povo indígena.
- Criação de uma Câmara de solução de conflitos/conciliação na AGU (instância conciliatória).

**Item 2** – A segunda reunião da CE aconteceu no dia 8 de abril e os pontos discutidos foram:

- Mutirão da Defensoria Pública da União, OAB, Defensoria Pública Estadual, FUNAI, Registro Civil de Nascimento-SDH/PR para justificação judicial visando a entrega da documentação básica. As instituições ficaram de agendar uma reunião para detalhar como podem trabalhar conjuntamente e efetivamente essa questão.
- Mutirão para atuação na defesa dos indígenas presos/criminalizados. Defensoria Pública da União pode atender pontualmente. Dialogar com MPF/PFDC para ealizar em conjunto.
- Plano de Trabalho: Realização de uma visita *in loco*; Elaborar cronograma de atividades com calendário pré-fixado; Metodologia de trabalho: divisão em quatro (4) sub-relatorias:
  - Direitos e Proteção Social (segurança alimentar e nutricional, saúde, educação, documentação básica);
  - Segurança e Proteção à vida (discriminação, indígenas encarcerados, defensores de direitos humanos);
  - Terra e Judicialização; e
  - Interlocação Guarani x RAADH (cidadania cumulativa).

**Item 3** – A terceira reunião aconteceu no dia 6 de maio e os pontos debatidos foram os seguintes:

- Defesa e Promoção dos Direitos Humanos dos Povos Guarani (Mercosul). Estatuto das Comunidades Indígenas de Fronteira. Pensar primeiro no estatuto dos Povos Guarani; posteriormente estender para outras etnias; Buscar com os interessados uma pauta de direitos – quais as agendas prioritárias (saúde, educação, trânsito entre países, documentação básica); Funai – propor uma reunião especializada de autoridades;

### **Encaminhamentos:**

- Consulta aos organizadores do Encontro Continental do Povo Guarani, que será realizado em novembro/13, na Argentina, sobre a conveniência de outras participações;
- Funai vai verificar a conveniência/procedimentos para criação/suscitar de um Fórum de debate. Responsáveis: Nádia e Carlos Eduardo.
- Constituição das quatro (4) sub-relatorias:
- Direitos e Proteção Social (segurança alimentar e nutricional, saúde, educação, documentação básica, etnodesenvolvimento):  
Participantes: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), Coordenação geral de Educação Escolar Indígena (MEC), Rede de Informação e Ação pelo Direito a se Alimentar (FIAN), Registro Civil de Nascimento (SDH/PR), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e FUNAI;
- Segurança e Proteção à Vida (discriminação, indígenas encarcerados, defensores de direitos humanos, execuções sumárias, etc):  
Participantes: Programa de Proteção aos defensores de Direitos Humanos, Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos da SDH/PR, Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, FUNAI/AGU, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), Secretaria Geral da Presidência da República (SG/PR);
- Terra e Judicialização:  
Participantes: Secretaria Geral da Presidência da República (SG/PR); Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, Ministério do Desenvolvimento Agrário (INCRA-OAN), AGU e Conselho Nacional de Justiça, FUNAI;
- Interlocação Guarani x RAADH (cidadania cumulativa, articulação do povo guarani com o foro internacional):  
Participantes: FUNAI, Ministério das Relações Exteriores, Assessoria Internacional (SDH/PR), Ministério Público Federal e AGU.

**Item 4** – Em agosto houve nova reunião da Comissão Especial Guarani. As principais deliberações foram:

- FUNAI fará um primeiro documento/levantamento de diretrizes básicas em termos de reconhecimento dos povos indígenas, de direitos humanos, para serem observados no tocante à questão terra. Encaminhar aos integrantes da comissão. Na próxima reunião debater e finalizar o documento da comissão para observância por outros órgãos;
- Constar no relatório como recomendação ao INCRA a buscar alternativas que podem ser feitas independente da mesa de negociação no âmbito do MJ;
- FUNAI vai encaminhar listagem de com quais ministros do STF estão os processos;
- Visita da ministra Maria do Rosário aos ministros do STF visando o destravamento dos processos;
- Encaminhar ao CNJ o nome do juiz de Umuarama (FUNAI ficou de levantar dados sobre essa questão).



## Comissão Especial “Terra do Meio”

Instituída no CDDPH pela Resolução nº 03, de 24 de março de 2011, a Comissão Especial “Terra do Meio” foi constituída para: *apurar denúncias de violações aos direitos humanos na região conhecida como Terra do Meio, localizada no centro do Estado do Pará, como objetivo de levantar dados e informações pertinentes sobre os casos de violência no campo e sugerir providências junto às autoridades responsáveis pela cessação dos abusos praticados.* A Comissão Especial teve seu relatório final aprovado em março de 2013.

## Grupo de Trabalho “Cinta-Larga”

Constituído pela Resolução nº 27 de 15 de agosto de 2006. O GT foi criado com o objetivo de acompanhar e monitorar a implementação de projetos direcionados às comunidades indígenas Cinta Larga, especialmente os destinados a proporcionar alternativas econômicas e sociais à referida comunidade. No ano de 2010, a Resolução nº 04 restabeleceu o Grupo de Trabalho com os mesmo objetivos da primeira resolução. Em 2011, houve a última recomposição do GT, que passou a também ter as seguintes competências: *I – acompanhar a implementação e execução de medidas orçamentárias de interesse da comunidade indígena Cinta Larga; e II – solicitar relatórios e informações à Fundação Nacional do Índio – FUNAI, relativos a essa comunidade.*

## **CÂMARA TEMÁTICA IV – ASSUNTOS NORMATIVOS E ESTUDOS LEGISLATIVOS**

**Grupo de Trabalho “acompanhamento e monitoramento da implementação do terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH 3”**

Instituído no âmbito do CDDPH pela Resolução nº 09 de 27 de dezembro de 2012, o Grupo de Trabalho foi criado com a finalidade de acompanhar e monitorar a implementação do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3). O GT é composto por um Conselheiro do CDDPH que o coordena, sete representantes, titular e suplente, do Poder Executivo e outros sete representantes, titulares e suplentes, das organizações da sociedade civil.

### **Situação Atual:**

**Item 1** – Dia 02 de setembro ocorreu reunião do Grupo de Trabalho para a apresentação sobre as estratégias de monitoramento da execução do PNDH-3, tramitação do PL nº 4715\_1994 (Conselho Nacional de Direitos Humanos) e apresentação do Observatório do PNDH-3.

A Secretária Executiva da SDH, Patrícia Barcelos Relatou as estratégias de monitoramento do PNDH-3, construídas junto à sociedade civil e aos Ministérios, e as atividades desenvolvidas até o momento nesse contexto, como as reuniões de articulação com os movimentos sociais e os Ministérios. Destacou que as ações do Programa distribuem-se por todas as pastas do Governo Federal, ressaltando o trabalho de pactuação que se faz necessário nesse contexto para possibilitar a reunião de subsídios para o monitoramento por parte dos órgãos estatais e da sociedade civil.

Quanto ao Projeto de Lei, este foi aprovado na Câmara e encaminhado ao Senado; é um substitutivo do Senado que retornou para a Câmara dos Deputados e está no plenário aguardando a última votação para ir à sanção.

No período da tarde da reunião foi apresentado o Observatório do PNDH-3. Foi informado que o sistema foi construído a partir da necessidade permanente de dados e informações sobre o PNDH-3, com vistas a subsidiar os processos de monitoramento do Programa e possibilitar que todos os cidadãos possam ter acesso ao estado de implementação das ações programáticas previstas no documento.

**Item 2** – A segunda reunião do GT aconteceu em outubro com os representantes da sociedade civil e governo que compõem o Grupo de Trabalho. A SDH apresentou uma proposta de metodologia de funcionamento do GT que consistia em reuniões trimestrais para análise da execução das Ações Programáticas previstas, elaboração de Relatórios de Monitoramento; desenvolvimento de Comentários sobre os Relatórios; apresentação presencial de Ministérios/órgãos para detalhamento de informações; produção e publicação de documento anual com avaliação sobre desenvolvimento do PNDH-3. A estratégia utilizada para o desenvolvimento desses produtos seria a de dividir o monitoramento em três etapas conforme os eixos, a ordem ficaria a cargo do GT, que aprovou que os primeiros eixos a serem monitorados fossem:

Eixo 4 – Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência

Eixo 6 – Direito à Memória e à Verdade

Os encaminhamentos da reunião foram:

- Iniciar o monitoramento a partir dos eixos IV e VI;
- Estabelecer um calendário de seis meses com reuniões semestrais para realizar a análise qualitativa dos eixos;
- Sociedade Civil realizar o rebatimento entre os 18 pontos e as ações programáticas e diretrizes do PNDH-III a serem priorizadas;

- SDH produzir em janeiro, com base nos dados do Observatório, relatório com o levantamento do andamento da implementação das ações do PNDH-III referentes aos eixos selecionados;
- Realizar atividade auto-gestionada do GT e lançamento do Observatório do PNDH-III no FMDH;
- Elaboração de Documento Anual com avaliação sobre o desenvolvimento do PNDH-3, que sintetizará os Estudos anteriormente trabalhados;
- Foi feita a proposta de encaminhamento de fossem realizadas consultas regionais (reuniões regionais/uma por cada região do país) com vias obter um retorno mais amplo por parte da sociedade civil com relação ao monitoramento.

## **REUNIÕES ORDINÁRIAS**

### **216ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CDDPH**

A 216ª reunião ordinária do CDDPH aconteceu no dia 19 de março de 2013, na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, e teve como pontos de pauta: I – Abertura da Sessão e Apresentações; II – Informes; III – Apreciação do Relatório Final da Comissão Especial “Terra do Meio”; IV – Apreciação do Relatório Final da Comissão Especial “Crimes de Maio”; V – Caso Zé Maria Tomé e VI – Comissão Especial de Segurança Pública e Direitos Humanos e Grupos de Trabalho.

**Não há memória, encaminhamentos ou ata da reunião na pasta.**

## 217ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CDDPH

A 217ª reunião ordinária do CDDPH ocorreu no dia 07 de maio de 2013, na SDH/PR, e teve como pontos de debate os seguintes: I – Abertura da Sessão e Apresentações; II – Informes; III – Pronunciamento de Representantes de Religiões de Matriz Africana sobre o Direito ao Território com Vias a Promoção do Livre Exercício da Religiosidade; IV – Comissão Especial de Segurança Pública e Direitos Humanos e Grupos de Trabalho; V – Apresentação da minuta de resolução da Comissão “Direito Humano à Alimentação Adequada” e VI – Proposta de Nota Pública “Defensores de Direitos Humanos de LGBT”.

### **I) Abertura da Sessão e Apresentações:**

- Ministra Maria do Rosário cumprimentou e agradeceu a presença de todos os presentes;
- Deu as boas vindas ao ex-ministro Paulo Vannuchi, que falou da sua trajetória em defesa dos direitos humanos e no combate às violações, e mencionou os esforços que pretende implementar, se eleito para uma das três vagas da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), vinculada à Organização dos Estados Americanos (OEA). Acrescentou informando que se for eleito, voltará periodicamente para dar informes;
- A ministra Maria do Rosário deixou seu agradecimento e reconhecimento ao Vice-Presidente do Conselho, Percílio de Sousa Lima Neto, pelo trabalho prestado, destacando que ele ainda coordena algumas comissões e que ainda vai continuar atuando no Conselho;
- A representante do Conselho Nacional de Procuradores Gerais, Ivana Farina, informou que recebeu um telefonema do Dr. Fernando Grella Vieira, Secretário de Segurança Pública de São Paulo, com pedido ao Conselho que provoque a Secretaria de Segurança Pública com solicitação de informações sobre sua atuação, considerando o disposto na Resolução nº 08/2012 do CDDPH; Deu informe sobre o Caso Manoel Mattos, comunicando que um dos responsáveis pelo assassinato foi preso por outro homicídio. Pediu que a Comissão voltasse à Paraíba;
- A ministra Maria do Rosário solicitou ao Conselho que a próxima reunião fosse realizada na Paraíba, em virtude dos ataques contra o Deputado Luiz Couto, à Valdênia Paulino e ao Policial Militar Astronad Pereira de Moraes.

### **II) Informes**

#### **Comissão Especial “Urso Branco”:**

- O conselheiro Eugênio Aragão informou que recebeu documentação do Corregedor Geral do MP/RO, com notícias que as questões do “Pacto para Melhorias do Sistema Prisional de Rondônia” não estão sendo devidamente cumpridas. O MP/RO sugeriu a firmação de um Termo de Ajustamento de Conduta com a Corte Interamericana de Direitos Humanos.
- O conselheiro Carlos Eduardo Cunha afirmou que o Pacto mobilizou vários atores importantes e avaliou que é o mecanismo mais adequado e efetivo de mobilização.
- Deliberações: A documentação recebida será encaminhada ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça (CNPCCP) para recolhimento de informações sobre o que de fato está sendo feito. Durante a visita a ser realizada em 28 de junho, convidar a Coordenação Geral de Combate à Tortura e o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

#### **Grupo de Trabalho “Direito Humano à Moradia Adequada”:**

- O conselheiro Eugênio Aragão relatou que em 2012 o GT realizou cinco reuniões, quatro visitas in loco – Fortaleza, Curitiba e Porto Alegre, Belo Horizonte e Rio de Janeiro e uma visita na divisa entre os Estados de Alagoas e Pernambuco. Em 2013 foi realizada uma missão a São Paulo, uma à região serrana do Rio de Janeiro e, há uma prevista à Santa Catarina. O relatório final deverá ser apresentado em agosto de 2013.

#### **III) Pronunciamento de Representantes de Religiões de Matriz Africana sobre o Direito ao Território com Vias a Promoção do Livre Exercício da Religiosidade.**

- O conselheiro Eugênio Aragão comentou sobre a relação com o GT Moradia Adequada.
- Deliberações: O conselheiro Eugênio Aragão conversará com o relator Nelson Saule Junior para uma possível visita a Salvador-BA para averiguar denúncias de despejos. Informou que o GT Moradia Adequada receberá a documentação do Pai de Santo Baba Diba. Sugeriu a formação de uma comissão mista com a SEPPIR sobre o assunto.

#### **IV) Comissão Especial de Segurança Pública e Direitos Humanos e Grupos de Trabalho.**

- A ministra leu na íntegra a resolução da Comissão para avaliação dos presentes.
- A Coordenadora Executiva do Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia, Patrícia Lucy Machado Couto, sugeriu a inserção do Conselho Nacional de Segurança Pública (CONASP), bem como, a criação de um Grupo de Trabalho sobre Violência Institucional.
- Deliberação: A ministra propôs que em uma semana os conselheiros apresentem suas indicações de representações.

#### **V) Apresentação da minuta de resolução da Comissão “Direito Humano à Alimentação Adequada”.**

- A ministra se manifestou informando que não há como ter uma Secretaria Executiva exclusiva para esta Comissão.
- O conselheiro Everaldo Bezerra questionou a quantidade de representações na proposta da Comissão e ressaltou que com um núcleo menor há mais representatividade.
- O conselheiro Eugênio Aragão propôs que a resolução seja elaborada com prazo determinado e posteriormente vai se prorrogando por questões de eficiência. Concordou com a diminuição da composição da Comissão.
- A ministra enfatizou que a Secretaria de Direitos Humanos não tem como fazer monitoramento de violações de DHAA. Ressaltou que se pode trabalhar nos moldes do GT Moradia Adequada com grupos de trabalho e prazos determinados.
- Deliberação: O tema será pautado novamente em uma futura reunião. A Comissão deverá apresentar uma nova proposta de resolução com uma composição menor. A ministra irá checar outro órgão para fazer o monitoramento das violações de DHAA. Agendar reunião entre o CDDPH e CONSEA.

#### **VI) Proposta da Nota Pública “Defensores de Direitos Humanos de LGBT”.**

- O Presidente do Conselho LGBT, Gustavo Bernardes, leu a proposta de nota pública. Informou que o Programa de Proteção de Defensores de Direitos Humanos está acompanhando os casos.
- A ministra sugeriu que os fatos sejam pontuados no início da nota para contextualizar sobre a situação.

### **218ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CDDPH**

A 218ª reunião ordinária do CDDPH aconteceu no dia 18 de junho, na SDH/PR, e teve como pontos de pauta: I – Abertura da Sessão e Apresentações; II – Informes; III – Autos de Resistência; IV – Incidente de Deslocamento de Competência III; V – Crimes de Maio; VI – Proposta de Resolução da Comissão Especial Guarani; VII – Princípios de Paris e VIII – Encaminhamentos e encerramento.

#### **I) Abertura da Sessão e Apresentações:**

- Ministra Maria do Rosário cumprimentou, agradeceu a presença de todos, fazendo breve análise das manifestações que ocorreram no decorrer da semana, ressaltando que atitudes violentas não combinam com a democracia; democracia que o Brasil construiu com manifestações e que exige que todos os protestos sejam feitos exclusivamente na perspectiva do Estado Democrático de Direito, sem nenhuma forma de violência e de depredação.
- Fez referência a Resolução nº 08 do Conselho; a busca de esclarecimentos sobre a morte do indígena Terena; o posicionamento da Comissão Guarani a respeito da proibição de armas de fogo e restrição das de baixa letalidade em manifestações e eventos públicos; IDC 3; Crimes de Maio e, Princípios de Paris.
- Foi distribuída a nota pública de repúdio à violência contra profissionais de comunicação durante as manifestações em São Paulo.

#### **II) Informes**

### **Audiência de instrução do caso Zé Maria do Tomé em Limoeiro do Norte:**

- A representante do Conselho Nacional de Procuradores Gerais, Ivana Farina, relatou acerca da primeira audiência de instrução. Compareceram os mandantes da morte, João Teixeira Júnior, dono da Frutacor, empresa agrícola que atua em Limoeiro do Norte e o coautor. Ressaltou que somente uma testemunha não foi ouvida e que esta pessoa, atualmente, ocupa o cargo de vice-prefeito de Limoeiro do Norte. Destacou que de um modo geral, a audiência foi exitosa.

### **Missão Cinta Larga:**

- O conselheiro Tarciso Dal Maso Jardim relatou sobre a ida do Grupo de Trabalho Cinta Larga à Rondônia. Informou acerca da invasão das terras para exploração de diamante, que vem ocorrendo há décadas, desde o “Massacre do Paralelo 11”, quando morreram cerca de 3.500 indígenas, envenenados por arsênico. Foram três os temas debatidos: I) questões sociais – educação e saúde, por exemplo; II) preconceito existente contra a etnia Cinta Larga e III) desejo do povo em sobreviver de modo lícito em relação ao extrativismo. O conselheiro destacou o convite feito pelos indígenas da festa a ser realizada em setembro, como o resgate da cultura indígena. Foi sugerido o encaminhamento a Comissão Nacional da Verdade.

### **III) “Autos de Resistência”:**

- O tema será discutido na próxima reunião ordinária.

### **IV) Incidente de Deslocamento de Competência III:**

- O conselheiro Tarciso Dal Maso apresentou as estratégias para a aprovação: foi contatado o CNJ, o Ministro Jorge Mussi (relator do IDC). O Conselho elaborará um memorial que será entregue aos ministros como subsídio.
- O conselheiro Marcus Vinícius Furtado Coelho destacou que a OAB pode ingressar como representante do CDDPH nos memoriais.
- Deliberação: Foi consenso que a OAB represente o Conselho, como assistente no caso. O depoimento da Maria Aparecida Ferreira de Souza entrará como parte dos memoriais.

### **V) Crimes de Maio:**

- A Coordenadora do Movimento Mães de Maio, Débora Silva, solicitou que o Conselho revise o relatório final da Comissão, já apresentado e votado pelo mesmo. Ressaltou que encaminhou ressalvas, por e-mail, em 29 de abril.
- Deliberação: A Ministra propôs que seja acatada a solicitação da Sra. Débora. O relatório/tema será reaberto. Manter a mesma relatoria, até que ela se posicione.

### **VI) Proposta de Resolução da Comissão Especial “Guarani”:**

- O conselheiro e presidente da Comissão, Eugênio Aragão, fez a leitura da proposta de resolução.

219ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CDDPH

A 219ª reunião ordinária do CDDPH ocorreu no dia 22 de agosto de 2013 e teve como pontos de pauta os seguintes itens: I – Abertura da Sessão e Apresentações; II – Informes; III – Julgamento de Felisburgo; IV – Fórum Mundial de Direitos Humanos; V – Situação dos Bolivianos em São Paulo; VI – Apreciação do Relatório Final da Comissão Especial “Direito Humano à Moradia Adequada”.

#### **I) Abertura da Sessão e Apresentações:**

- Ministra Maria do Rosário abriu a sessão cumprimentando e agradecendo a presença de todos;
- Citou a situação das armas químicas na Síria, assinalando que deveria ser um ponto de discussão no Brasil e afirmou que a ONU deve e pode entrar no território para investigar;
- Informou sobre a exumação da ossada do ex-presidente João Goulart, com vistas a esclarecer a *causa mortis*;

#### **II) Informes:**

- Dra. Ivana Navarrete informou que o CNPG elegeu uma mulher para a sua presidência – Dra. Eunice Amorim. Ressaltou que é a segunda mulher a ser eleita para o cargo, sendo que a primeira foi a própria (Dra. Ivana);
- Dra. Ivana reiterou o caso de tortura na Fundação Casa/SP, apresentado no Fantástico. Propôs que o Conselho oficie o Ministério Público estadual solicitando informações sobre o acontecido e que faça o acompanhamento do caso.
- A ministra Maria do Rosário sugeriu, como encaminhamento, uma ação conjunta entre CDDPH, CONANDA e a área de Tortura da SDH. Solicitou que Dra. Ivana acompanhasse o caso pelo Conselho e fosse à São Paulo para averiguar os fatos;
- Representante da OAB informou que foi protocolado no STJ pedido do IDC nº 3, conforme acordado na reunião anterior;

#### **III) Julgamento da Chacina de Felisburgo:**

- Dr. Nilmário Miranda fez breve relato do julgamento ocorrido na quarta-feira, 21 de agosto. Relatou que o juiz Glauco Eduardo Soares Fernandes adiou para o dia 10 de outubro o julgamento da chacina de Felisburgo. O julgamento foi adiado após um pedido apresentado pelo advogado Sérgio Habib, que defende Adriano Chafik, por motivo de doença. O defensor entregou previamente o pedido com a apresentação de um atestado médico, e não compareceu à sessão desta quarta-feira. O promotor Christinao Leonardo Gonzaga Gomes alegou que este atestado não tem detalhes importantes sobre a doença alegada.
- Adriano Chafik e mais três pessoas são acusados de matar cinco sem-terra e ferir outros 12 em um incêndio em 2004. O magistrado também decretou a prisão preventiva de todos os réus, alegando que os acusados em liberdade ameaçam testemunhas relacionadas ao caso.
- Outros dois réus, Francisco e Milton, alegaram que o advogado que os representava abandonou o caso, apesar da presença do defensor Fabiano Florio no plenário.
- Novos julgamentos foram marcados para 27 de agosto e 17 de setembro. Juiz decidiu repreender os advogados de defesa pela situação, levantando questão de ética junto à OAB.



- A ministra Maria do Rosário relatou que foi a articulação feita com o Ministro Falcão, do CNJ, que possibilitou esses julgamentos. Citou a Ação Penal nº 570, ação do STF para que não haja protelação nos julgamentos (sempre haver um juiz para o julgamento).

#### **IV) Apresentação do relatório da CE “Direito Humano à Moradia Adequada”:**

- O Dr. Eugênio Aragão fez a apresentação da Comissão - histórico, composição, metodologia e relato das missões;
- Relatou que as missões do subgrupo Desastres Naturais foram adiadas por conta das eleições municipais, para que essas visitas não fossem usadas de maneira indevida; por causa disso, houve adiamento da agenda e, conseqüentemente, da entrega do relatório final;
- Lembrou que as visitas tiveram caráter de amostragem; foram visitadas pelo subgrupo Megaeventos as cidades-sede - Fortaleza, Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo; e pelo subgrupo Desastres Naturais, as regiões dos Estados de Alagoas e Pernambuco, região Serrana do Rio de Janeiro e Vale do Itajaí;
- Principal problema encontrado: falta de diálogo entre governo e as comunidades atingidas (falta de informação do quê vai ocorrer, como, se serão indenizadas);
- Os relatores dos subgrupos apresentaram as missões feitas e principais pontos dos respectivos relatórios;
- Ministra lembrou que a própria SDH fez dois pedidos de explicação para Prefeitura e Governo do Rio de Janeiro, mas não obteve qualquer retorno;
- Foi deliberado aprovar moção de apoio à Portaria nº 317/13 do Ministério das Cidades, e recomendar às Prefeituras Municipais e aos Governos Estaduais que receberam recursos federais para a execução de obras, que sejam adotadas as ações que visem assegurar o justo atendimento de forma a reparar, e se possível melhorar, as condições sociais, de vida e de renda das famílias deslocadas, nos termos da referida Portaria;
- A assessoria parlamentar da SDH/PR acompanharia o processo, mantendo a comissão informada e traçaria estratégias comuns para avançarmos no texto do Código de Processo Civil.

### **220ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CDDPH**

A 220ª reunião ordinária do CDDPH aconteceu no dia 2 de outubro na SDH/PR e teve como pauta os seguintes itens: I – Abertura da Sessão e Apresentações; II – Informes; III – Grupo de Trabalho “Moradia Adequada”, apresentação do relatório final; IV – GT “Atingidos por Barragens, relatório da missão à barragem de Acauã/PB; V – Investigação do crime de homicídio do vereador Marcelino Chiarello.

**Não possui gravação, memória, ata ou encaminhamentos.**

### **221ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CDDPH**

A 221ª reunião ordinária do CDDPH aconteceu no dia 17 de dezembro, na SDH/PR, e foi a última do ano. As pautas foram: I – Abertura da Sessão e Apresentações; II – Informes; III – Assassinato de pessoas em situação de rua em GO; IV – Violações de Direitos Humanos no Sistema Socioeducativo; V – Banalização da violência.

#### **I) Abertura da Sessão e Apresentações:**

- Ministra Maria do Rosário cumprimentou, agradeceu a presença de todos os presentes e iniciou falando da posse dos conselheiros Dra. Ela Wiecko Volkmer de Castilho -Vice Procuradora Geral da República e Dr. Tércio Lins e Silva – Professor de Direito Penal;
- Conselheiros empossados agradecem pela confiança e pelo convite.

#### **II) Informes:**

- Ministra faz o balanço do Fórum Mundial: participantes, nacionalidades, mídias e agradece ao CDDPH pelo empenho e no êxito no número dos participantes.
- Ministra fez referência a um diálogo maior com o Judiciário, pediu votações “mais generosas”. Solicitou a aprovação do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, conversou com Dr. Tecio a respeito. Protesto aos membros da Câmara e Senado. Quer ver votado o Conselho antes do aniversário do CDDPH
- PL do Trabalho Escravo, que tramita há 14 anos. Conversas com parlamentares, mas a matéria não foi votada. Espera que haja atitude do Congresso. É preciso aprovar para combater o trabalho escravo no campo. Quer estabelecer essa agenda.
- Ministra informa sobre a aprovação do Conselho do RS e assinatura no Fórum para a realização da 12ª Conferência de DH

#### **III) Assassinato de pessoas em situação de rua:**

Relato de Eduardo Mota:

- Representante da Sociedade Civil que faz Monitoramento e apoio à população de rua em GO. Informa que não é a primeira vez que vem, esteve presente com o Dr. Marcus Vinícius, relata sobre dois jovens envolvidos na morte de um policial civil.
- Há um movimento da Polícia Civil em resolver de forma meramente estatística.
- Apenas 15 defensores públicos para Goiás, não há uma defensoria efetiva.
- Comitê de atuação para a população em situação de rua (desde abril), e Conselho de Saúde para a população em situação de rua; novembro e dezembro os caos aumentam.
- Informa que no dia 6 de janeiro está agendada uma reunião com o Secretário de Segurança Pública para discutir as ações em relação com a população de rua.

Ministra – Encaminhamentos:

- Documento que peça a apuração, colocação do CDDPH sobre o caso, documento para o Ministro Cardozo.

#### **IV – Violações de Direitos Humanos no Sistema Socioeducativo:**

- Depoimento de Deize Carvalho, mãe de Andreu, morto no sistema socioeducativo. Ela relatou que seu filho deu entrada no sistema no dia 1 de janeiro de 2008, onde foi torturado por agentes. Alegaram que Andreu havia caído de um muro, porém Deize teve de pedir a exumação para provar que seu filho havia sido assassinado. Ela disse que veio à reunião representando as mães dos mortos e torturados dentro do sistema socioeducativo.
- Ministra: Em nome do Estado, incapacidade de produzir vida com dignidade para as famílias, 20 mil adolescentes em meio fechado em sistema educativo (unidades socioeducativas – 30 delas absolutamente impróprias); 65 mil em meio aberto (responsabilidade dos municípios); e também deve se falar sobre tortura.
- Maria Izabel – Presidenta do CONANDA: Processos internos do DEGASE (sistema socioeducativo do Rio de Janeiro) solicitados pelo SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo). Infelizmente a Situação é nacional, não apenas do Rio de Janeiro.
- Uma das avaliações a Violação de DH: espaços físicos, arquitetônicos, unidades inadequadas ao que consta no Estatuto; garantir que as novas unidades possam desafogar as unidades existentes com superlotação.
- Violações de DH no dia a dia: unidades estáticas, sem atividades, com raros casos de articulação de políticas (esporte, cultura, lazer) dentro das unidades; despreparo, descaso político, desconhecimento em relação a essas políticas.
- Violação de DH: falta de atendimento adequado à saúde; os estados não fizeram a pactuação com o Ministério da Saúde para repasse de recursos (falta de interesse e vontade política clara); coordenação do SINASE e CONANDA fizeram visitas (alta nível de medicação dos adolescentes – remédios tarja preta), ministrados por profissionais que não são da área da saúde (agentes, policiais).
- Violação de DH: não há presença da educação nas unidades; naquelas em que há, profissionais despreparados, dificuldade em executar e garantir o processo educacional ou matrícula nas escolas. Sugeriu uma Recomendação conjunta de CONANDA e CDDPH
- Força tarefa com o CDDPH: enviar CDDPH em todas as diligências, e ajudar com o monitoramento das recomendações; foi uma das piores diligências em que participou, pois as situações são degradantes (encarceramento com parafuso, por exemplo). Relato de Franco da Rocha (cidade na grande São Paulo): situação positiva. Relato de unidade no Brás (bairro na cidade de São Paulo): situação péssima
- Solicitam posicionamento contrário sobre o fato de Pernambuco: estado definiu a construção de uma unidade para abrigar 180 pessoas, 90 a mais do que está previsto na resolução do CONANDA, precisamos do apoio contraria a essa construção
- Ministra: Pediu o afastamento dos agentes diretamente envolvidos no caso para que não tenham contato com outros adolescentes. Quer que CDDPH referencie esse pedido, para que esses agentes não fiquem envolvidos com os adolescentes. Esse procedimento foi feito em SP, os agentes foram afastados, e até o momento, o Rio de Janeiro não deu uma resposta condizente.

## **RESOLUÇÕES INSTITUÍDAS NO ANO DE 2013 NO ÂMBITO DO CDDPH**

- 1) **Resolução nº 5 de 18 de junho de 2013:** Dispõe sobre a instituição do Grupo de Trabalho sobre Regulamentação do Uso da Força e de Armamentos de Baixa Letalidade, no âmbito da Comissão Especial de Segurança e Direitos Humanos, do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.
- 2) **Resolução nº 4 de junho de 18 de junho de 2013:** Dispõe sobre a instituição da Comissão Especial de Segurança Pública e Direitos Humanos, no âmbito do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.
- 3) **Resolução nº 3 de 5 de abril de 2013:** Instituir Grupo de Trabalho com o objetivo de analisar 23 casos de denúncias de violações aos direitos humanos ocorridas no âmbito das Forças Armadas, conforme estudo elaborado pelo Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro (GTNM-RJ), sobre os quais deverá fazer recomendações e encaminhamentos aos diversos órgãos competentes na matéria, a serem discutidas em reunião ordinária do pleno do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.
- 4) **Resolução nº 2 de 21 de outubro de 2013:** Dispõe sobre a composição do Grupo de Trabalho constituído pela Resolução nº 4, de 13 de maio de 2010, com o objetivo de acompanhar e monitorar a implementação de projetos direcionados às comunidades indígenas Cinta Larga, no âmbito do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.
- 5) **Resolução nº 7 de 4 de outubro de 2013:** Dispõe sobre a instituição do Grupo de Trabalho referente aos Direitos Humanos dos Profissionais de Segurança Pública, no âmbito da Comissão Especial de Segurança Pública e Direitos Humanos, do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.